

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO

**TEUTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS**

(atualizado em janeiro de 2008).

CNPJ Nº 09.128.053/0001-67

Standard & Poor's: brAAf

CEDENTE

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.



Benchmark: 100% do CDI + 2,5% a.a.

CÓDIGO ISIN DAS QUOTAS SENIORES DO FUNDO: BRTEUTCTF008

EMIÇÃO DA PRIMEIRA SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO **TEUTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS** (o "FUNDO"), CONSTITUÍDO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CMN Nº 2.907, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2001, E A INSTRUÇÃO CVM Nº 356, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001, CONFORME ALTERADA PELAS INSTRUÇÕES CVM Nº 393/03, 435/06, 442/06 E 446/06, INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA ("CNPJ/MF") SOB O Nº 09.128.053/0001-67 E ADMINISTRADO POR **BANCO SANTANDER S.A.**, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COM SEDE NA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, NA RUA AMADOR BUENO, Nº 474, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 90.400.888/0001-42 (o "ADMINISTRADOR"), CONFORME DELIBERADO PELO ADMINISTRADOR NO ATO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO, EM 09 DE OUTUBRO DE 2007, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADO NO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO SOB O Nº 3324555, DE 09 DE OUTUBRO DE 2007, SENDO O INSTRUMENTO DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE SEU REGULAMENTO REGISTRADO SOB O Nº 3.324.555, EM 14 DE JANEIRO DE 2008 JUNTO AO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO ("REGULAMENTO").

ESTE PROSPECTO DEFINITIVO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO – ANBID ("ANBID") PARA A INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ("CVM").

A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO E/OU VENDA DAS QUOTAS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO ADMINISTRADOR E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO FUNDO.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DO ADMINISTRADOR DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO 'FATORES DE RISCO' DESTA PROSPECTO DEFINITIVO, NAS PÁGINAS 14 A 15.

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO DEFINITIVO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA DO FUNDO MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS QUOTISTAS.

ESTE FUNDO NÃO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE

INVESTIMENTO.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DE SEU ADMINISTRADOR, DO GESTOR DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO DEFINITIVO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM, NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO, À POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

TODO COTISTA, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS E CIÊNCIA DE RISCO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO DEFINITIVO E DO REGULAMENTO DO FUNDO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À NÃO UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA AO ADMINISTRADOR, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA COTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS DO FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DOS RESPECTIVOS INVESTIMENTOS NO FUNDO, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESSAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A RENTABILIDADE AOS QUOTISTAS E AO FUNDO, VIDE SEÇÃO "TRIBUTAÇÃO" DESTE PROSPECTO DEFINITIVO.

A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO AO ADMINISTRADOR.

| ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO, CUSTÓDIA E CONTROLADORIA | |
|--|--|
|  | |

| ESTRUTURAÇÃO |
|--|
|  |

| AGÊNCIA DE RATING | AUDITORIA | ASSESSORIA LEGAL |
|---|---|---|
|  |  |  |

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| ÍNDICE..... | 3 |
| GLOSSÁRIO | 5 |
| CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO | 7 |
| PRESTADORES DE SERVIÇOS..... | 9 |
| CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE | 9 |
| PERFIL DO INVESTIDOR | 11 |
| POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA | 11 |
| CONDIÇÕES DE CESSÃO..... | 12 |
| CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE | 12 |
| POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS | 12 |
| METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO..... | 13 |
| FATORES DE RISCO | 14 |
| EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS DO FUNDO..... | 16 |
| RAZÃO DE GARANTIA..... | 18 |
| ASSEMBLÉIA GERAL | 18 |
| EVENTOS DE AVALIAÇÃO | 20 |
| LIQUIDAÇÃO DO FUNDO..... | 21 |
| TAXAS..... | 22 |
| TRIBUTAÇÃO | 23 |
| ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO | 24 |
| OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR | 24 |
| VEDAÇÕES DO ADMINISTRADOR..... | 25 |
| SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR..... | 27 |
| CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO | 27 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO | 28 |
| ENCARGOS DO FUNDO..... | 29 |
| PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS | 29 |
| PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO..... | 30 |
| BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS | 30 |
| ADMINISTRADOR, GESTOR E CUSTODIANTE – BANCO SANTANDER S.A. | 30 |
| ESTRUTURADOR - GAINVEST DO BRASIL ASSET MANAGEMENT LTDA | 30 |
| AGÊNCIA DE RATING - STANDARD & POOR'S | 31 |
| AUDITORIA – KPMG AUDITORES INDEPENDENTES | 31 |
| ASSESSOR LEGAL – FREITAS E LEITE ADVOGADOS..... | 31 |
| HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CEDENTE | 31 |
| SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO | 33 |
| CONTRATO DE CESSÃO..... | 33 |
| CONTRATO DE COBRANÇA E DEPÓSITO | 34 |
| CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA | 34 |
| DIREITOS CREDITÓRIOS..... | 35 |
| DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO..... | 39 |
| OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSES | 39 |
| ATENDIMENTO AO QUOTISTA | 39 |

| | |
|---|----|
| FORO | 39 |
| ANEXO I – INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO..... | 40 |
| ANEXO II – REGULAMENTO..... | 41 |
| POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS | 47 |
| ANEXO III – DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400 | 64 |
| ANEXO IV – DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS DO FUNDO | 65 |
| ANEXO V - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO | 66 |
| ANEXO VI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CEDENTE..... | 67 |
| ANEXO VII – RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CEDENTE | 68 |

GLOSSÁRIO

1ª SÉRIE: a 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo;

ADMINISTRADOR: BANCO SANTANDER S.A., instituição financeira com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, nº 474, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, que também será responsável pelas atividades de gestão da carteira do Fundo, bem como pelos serviços de custódia e controladoria de ativos e passivos do Fundo;

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: Standard & Poor's, com endereço na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, São Paulo – SP;

AGENTE COBRADOR: o BANCO DO BRASIL S.A., com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SBS, quadra 1, bloco G, Edifício sede III, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91 ou seu sucessor;

ANBID: Associação Nacional dos Bancos de Investimento;

ASSEMBLÉIA GERAL: Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XVI do Regulamento;

BACEN: Banco Central do Brasil;

CEDENTE: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A., com sede na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7-D, Módulo 11 Quadra 13 – DAIA e inscrito no CNPJ/MF sob nº 17.159.229/0001-76;

CDI: Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia - "over extragrupo", expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP;

COFINS: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;

CONDIÇÕES DE CESSÃO: as condições de cessão de direitos creditórios ao Fundo;

CONTRATO DE CESSÃO: "Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" entre o Fundo e a Cedente;

CONTRATO DE COBRANÇA E DEPÓSITO: o contrato de cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos e de depósito dos Documentos Comprobatórios, celebrado entre o Fundo, o Administrador e a Cedente;

CPMF: Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira;

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE: os critérios de elegibilidade dos direitos creditórios do Fundo;

CVM: Comissão de Valores Mobiliários;

DATA DE EMISSÃO: Data em que os recursos decorrentes da integralização das Quotas são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo nos termos do Artigo 32 do Regulamento e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;

DATA DE RESGATE: Data em que se dará o resgate integral da 1ª Série de Quotas do Fundo;

DATAS DE AMORTIZAÇÃO: Tem o significado que lhe é atribuído no Regulamento e no respectivo Suplemento da 1ª Série de Quotas do Fundo;

DIREITOS CREDITÓRIOS: os Direitos Creditórios que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão;

DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS: os Direitos Creditórios vencidos e não pagos nas datas de seus respectivos vencimentos;

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS: as duplicatas e suas respectivas notas fiscais que representam os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo;

EMPRESA DE AUDITORIA: KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, ou seu sucessor no exercício de suas funções, encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;

ENCARGOS DO FUNDO: Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 30 do Regulamento;

EVENTOS DE AVALIAÇÃO: situações descritas no Capítulo XIV do Regulamento do Fundo;

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO: situações descritas no Capítulo XV do Regulamento do Fundo;

FGC: Fundo Garantidor de Créditos, entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de falência ou de sua liquidação, mantida com recursos constituídos por contribuições das instituições financeiras correspondentes a uma porcentagem dos depósitos;

FUNDO: O TEUTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS;

INSTRUÇÃO 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e alterações posteriores;

IOF/TÍTULOS: Imposto sobre Operações relativas a Títulos ou Valores Mobiliários;

IR: Imposto de Renda;

PARÂMETRO DE RENTABILIDADE: Tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 13 do Regulamento, ou no Suplemento da 1ª Série de Quotas do Fundo;

PARTES RELACIONADAS: São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo XII do Regulamento;

PIS: Contribuição ao Programa de Integração Social;

PLANO CONTÁBIL: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;

PREÇO DE AQUISIÇÃO: o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo;

QUOTISTAS: os investidores que venham adquirir Quotas de emissão do Fundo;

RAZÃO DE GARANTIA: o percentual mínimo de Quotas Subordinadas em relação ao patrimônio líquido do Fundo;

REGIME DE ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA: é o regime aplicável pelo Banco Central do Brasil às instituições financeiras privadas e públicas não federais, de que trata o Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, quando nelas verificar: (i) prática reiterada de operações contrárias às diretrizes de política econômica ou financeira traçadas em lei federal; (ii) existência de passivo a descoberto; (iii) descumprimento das normas referentes à conta de reservas bancárias mantida no Banco Central do Brasil; (iv) gestão temerária ou fraudulenta de seus administradores; ou (v) ocorrência de qualquer das situações descritas no artigo 2º da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974;

REGULAMENTO: Regulamento do Fundo;

TAXA SELIC: Taxa apurada no Selic ou, na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de sua aplicação, outro parâmetro legal que venha a substituí-la, efetiva ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;

VALOR UNITÁRIO DE EMISSÃO: Valor unitário de cada Quota na 1ª Data de Emissão de Quotas, calculado na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 32 do Regulamento.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

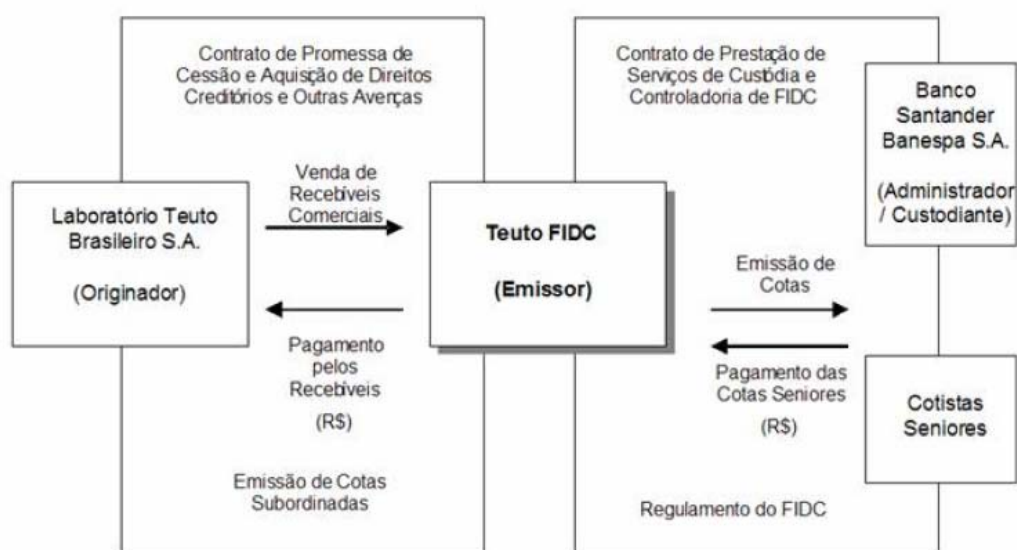
| | |
|---|--|
| EMISSION DAS QUOTAS: | Teuto Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais |
| TIPO DE FUNDO: | <p>O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado.</p> <p>Para os fins do “Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimentos”, o Fundo é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios.</p> |
| OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO: | Proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, valorização de suas Quotas por meio da aplicação preponderante do patrimônio líquido do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios de titularidade da Cedente decorrentes de operações comerciais performadas, bem como de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento. |
| BENCHMARK DAS QUOTAS SENIORES: | <p>100% (cem por cento) da variação acumulada do CDI de 01 (um) dia - “over extragrupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Liquidação e Custódia – CETIP, acrescida de 2,5% (dois e meio por cento) ao ano.</p> <p>As Quotas Subordinadas não possuirão <i>benchmark</i> de rentabilidade definido.</p> |
| PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO: | O Fundo tem prazo indeterminado. |
| PRAZO DE DURAÇÃO DA 1ª SÉRIE: | O prazo de duração da 1ª Série é de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data da primeira integralização de Quotas Seniores da 1ª Série. |
| EXERCÍCIO SOCIAL: | O exercício social do Fundo tem duração de 01 (um) ano, com encerramento em 30 de outubro de cada ano. |
| CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS SENIORES: | A 1ª Série de Quotas do Fundo obteve da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco brAAf. O Administrador deverá providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das quotas seniores do Fundo pela Agência Classificadora de Risco. |
| QUANTIDADE INICIAL DE QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE A SEREM DISTRIBUÍDAS: | 500 (quinhentas) Quotas Seniores. |
| VALOR INICIAL UNITÁRIO DAS QUOTAS: | R\$ 42.500,00 |
| PATRIMÔNIO ESTIMADO: | R\$ 25.032.500,00 |
| CLASSES DE QUOTAS: | As Quotas do Fundo serão de classe Sênior ou Subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as Quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Maiores informações podem ser obtidas na seção “Direitos e Obrigações Associados às Quotas e do Patrimônio do Fundo”. |
| RAZÃO DE GARANTIA: | A relação entre o valor das Quotas Seniores e o patrimônio líquido do Fundo será de 85% (oitenta e cinco por cento). Isto quer dizer que o Fundo deverá ter, no mínimo, 15% (quinze por cento) de seu patrimônio representado por Quotas Subordinadas. |
| PÚBLICO ALVO: | O Público-Alvo do Fundo são pessoas físicas ou jurídicas, investidores qualificados, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, bem como fundos de investimento também destinados a Investidores qualificados que, de acordo com a legislação em vigor e seus respectivos regulamentos, permitam esta modalidade de aplicação em suas políticas de investimento, a exclusivo critério do Administrador, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos quotistas. |

| | |
|---|---|
| POLÍTICA DE INVESTIMENTO: | O Fundo aplicará parcela preponderante de seu patrimônio em Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, às Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento. Para maiores informações, vide a seção "Política de Investimento". |
| NEGOCIAÇÃO EM MERCADO SECUNDÁRIO: | As quotas seniores da 1ª Série terão registro para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no ambiente de negociação Bovespa Fix, na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. - SOMA, no ambiente de negociação Soma Fix. A critério do Administrador, poderá, adicionalmente, ser providenciado o registro junto à Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados. As quotas subordinadas não serão e não poderão ser negociadas em mercado secundário. |
| AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE: | A partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores da 1ª Série, as quais terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção e o cronograma estabelecidos na Seção "Características da 1ª Série" deste Prospecto. |
| RESGATE DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE: | O resgate das Quotas Seniores da 1ª Série do Fundo ocorrerá no 48º (quadragésimo oitavo) mês, contados da data da primeira integralização de Quotas Seniores da 1ª Série, na forma e condições descritas no Regulamento. |
| INÍCIO DO FUNDO: | [...] de [...] de 2007. |
| CONTA PARA APLICAÇÃO | Banco Santander, Agência 2271, C/C 1301892-4 |
| CÓDIGO ANBID: | [...] |
| BASE LEGAL: | Resolução CMN n.º 2.907, de 29.11.2001 e Instrução CVM 356, e alterações posteriores. |

ORIGEM E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo são oriundos de operações realizadas exclusivamente pela Cedente no comercial, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento do Fundo.

A origem dos Direitos Creditórios Elegíveis e a formalização de sua cessão ao Fundo observam o seguinte fluxograma:



PRESTADORES DE SERVIÇOS

| | |
|----------------------------------|--|
| ADMINISTRADOR | Banco Santander S.A. RUA AMADOR BUENO, Nº 474 São Paulo-SP CNPJ: 90.400.888/0001-42 Telefone : (11) 5105-3535 |
| CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO DE ATIVOS: | Banco Santander S.A. RUA AMADOR BUENO, Nº 474 São Paulo-SP CNPJ: 90.400.888/0001-42 Telefone : (11) 3012-5780 |
| AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO: | Standard & Poor's Av. Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar, Pinheiros São Paulo – SP Telefone: (11)3039-9700 |
| ASSESSORIA JURÍDICA | Freitas e Leite Advogados Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.666, 9º Andar São Paulo - SP CNPJ: 61.197.240/0001-12 Telefone: (11) 3202-3200 |
| AUDITORIA: | KPMG AUDITORES INDEPENDENTES Rua Renato Paes de Barros, 33 São Paulo – SP CNPJ: 57.755.217/0001-29 Telefone: (11) 3067-3000 |

CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE

A 1ª Série terá prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data da primeira integralização de Quotas Seniores do Fundo.

A 1ª Série de Quotas Seniores, representativa do Patrimônio Inicial do Fundo, possui um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, equivalente à variação acumulada da taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI") de 01 (um) dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Liquidação e Custódia – CETIP, acrescida de 2,5% (dois e meio por cento) ao ano.

As Quotas Subordinadas não possuirão *benchmark* de rentabilidade definido.

Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo ou do Administrador acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

As quotas seniores da 1ª Série terão registro para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no ambiente de negociação Bovespa Fix, na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. - SOMA, no ambiente de negociação Soma Fix. A critério do Administrador, poderá, adicionalmente, ser providenciado o registro junto à Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados.

As quotas subordinadas não serão e não poderão ser negociadas em mercado secundário.

Em relação às Quotas representativas do Patrimônio Inicial do Fundo, deve ser observado que:

Serão emitidas 589 (quinhentas e oitenta e nove) Quotas, com um valor inicial, na Data de Emissão das Cotas da 1ª Série, de R\$42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais) cada, sendo até (i) 500 (quinhentas) Quotas Seniores; e (ii) até 89 (oitenta e nove) Quotas Subordinadas.

Não há limite máximo de subscrição por investidor.

A distribuição da 1ª Série de Quotas do Fundo será realizada pelo Administrador em regime de melhores esforços.

A critério do Administrador, atingido o patamar mínimo de distribuição de Quotas Seniores 1ª Série correspondente a 70% (setenta por cento) das Quotas Seniores da 1ª Série emitidas e, conseqüentemente de Quotas Subordinadas, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de Quotas do Fundo. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Artigo 33.

O Administrador deverá observar, inclusive na hipótese acima, a relação entre o valor das Quotas Seniores e o patrimônio líquido do Fundo, definida no Regulamento do Fundo.

Na emissão de Quotas Seniores e Subordinadas do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências. Para fins de amortização e resgate das Quotas Seniores e Subordinadas do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da Quota em vigor do dia do pagamento da amortização respectiva.

Para efeitos de subscrição, resgate ou amortização de Quotas do Fundo, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional e/ou feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na Cidade de São Paulo.

A partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores da 1ª Série, as Quotas Seniores da 1ª Série terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção de saldo devedor abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

| | | | |
|---------|------|---------|------|
| 37º mês | 1/12 | 38º mês | 1/11 |
| 39º mês | 1/10 | 40º mês | 1/9 |
| 41º mês | 1/8 | 42º mês | 1/7 |
| 43º mês | 1/6 | 44º mês | 1/5 |
| 45º mês | 1/4 | 46º mês | 1/3 |
| 47º mês | 1/2 | | |

Os valores relativos aos rendimentos serão amortizados semestralmente, a partir da data da primeira integralização de quotas seniores da 1ª Série.

O Administrador deverá constituir uma reserva para o pagamento das amortizações das Quotas Seniores da 1ª Série ("Reserva de Amortização"), de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos Creditórios Elegíveis da carteira para os ativos relacionados no artigo 14 do Regulamento do Fundo.

I - 90 (noventa) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 30% (trinta por cento) do valor estimado da amortização das Quotas Seniores da 1ª Série;

II - 60 (sessenta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor estimado da amortização das Quotas Seniores da 1ª Série; e

III - 30 (trinta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da amortização das Quotas Seniores da 1ª Série.

Caso o Administrador verifique não ser possível a formação da Reserva de Amortização acima descrita, o Administrador deverá interromper a aquisição de Direitos Creditórios até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

O resgate das Quotas Seniores da 1ª Série do Fundo ocorrerá no 48º (quadragésimo oitavo) mês, contados da data da primeira integralização de quotas da 1ª Série, na forma e condições descritas no Regulamento.

O pagamento das amortizações e do resgate, acima mencionados, corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no quinto dia útil do mês subsequente a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que o Administrador está sediado, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

As Quotas Subordinadas poderão ser amortizadas única e exclusivamente ao final da 1ª Série de Quotas Seniores.

A amortização das Quotas Subordinadas somente será realizada se o Patrimônio Líquido do Fundo assim o permitir e desde que:

I - seja realizada após a amortização da totalidade das Quotas Seniores prevista para 1ª Série do Fundo; e

II – considerada, *pro forma*, a amortização de Quotas Subordinadas pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente a manutenção de todos os parâmetros de enquadramento definidos no artigo 44 do Regulamento do Fundo.

PERFIL DO INVESTIDOR

O Fundo destina-se exclusivamente a investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores e a (i) fundos de investimento, nos termos do inciso I, alínea "d", do artigo 87 da Instrução CVM nº 409/04; (ii) fundos de investimento destinados exclusivamente para investidores qualificados, de acordo com os limites estabelecidos nos artigos 110-A e 110-B da Instrução CVM nº 409/04 e (iii) fundos de investimento em quotas de fundos de investimento classificados como "Exclusivo" e "Multimercado", desde que destinados exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do parágrafo 6º do artigo 112 da Instrução CVM nº 409/04.

Investidores não residentes poderão adquirir quotas do Fundo, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Com o objetivo proporcionar a seus Quotistas a valorização de suas Quotas, o Fundo aplicará parcela preponderante do seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos Creditórios de titularidade da Cedente decorrentes de operações comerciais performadas, bem como de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento do Fundo.

A 1ª Série de Quotas do Fundo buscará atingir rentabilidade ("benchmark") previsto no Suplemento da 1ª Série de Quotas Seniores, nos termos do Anexo II ao Regulamento. O benchmark aplica-se somente às Quotas Seniores, sendo que não há benchmark predeterminado para as quotas subordinadas.

Após 90 (noventa) dias da 1ª Data de Emissão e Integralização de Quotas da 1ª Série, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido na aquisição de Direitos Creditórios.

O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil.

É vedado ao Fundo a realização de operações em mercados de derivativos.

Poderão atuar como contraparte nas operações realizadas pelo Fundo, direta ou indiretamente, a exclusivo critério do Administrador, quaisquer instituições que participem do mercado financeiro e de capitais, inclusive o Administrador, fundos de investimento e carteiras administradas sob administração do Administrador ou de quaisquer empresas a eles ligadas.

O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão cedidos exclusivamente pela Cedente.

A Cedente será responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que comporão a carteira do Fundo, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do Administrador qualquer responsabilidade a esse respeito.

A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretroatável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos mútuos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos mútuos de investimento.

Os percentuais e limites acima referidos serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do dia útil imediatamente anterior.

CONDIÇÕES DE CESSÃO

Somente poderão ser objeto de cessão entre a Cedente e o Fundo para integrar sua carteira, Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, às Condições de Cessão. As Condições de Cessão serão avaliadas pelo Administrador mediante validação de declaração firmada pela Cedente de que os direitos creditórios oferecidos à cessão atendem integralmente às regras abaixo relacionadas:

- I – decorram de operações de compra e venda mercantil, de titularidade da Cedente, destinadas apenas a clientes pessoa jurídica de direito privado localizados no Brasil;
- II – devem estar amparados pelos respectivos Documentos Comprobatórios;
- III – os Sacados devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo não deverão estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar;
- IV – os Sacados devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo não deverão ter seu nome incluído no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF – do Banco do Brasil, na data da cessão; e
- V – os Sacados devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo não deverão ter, na data da cessão, registro no cadastro da Centralização dos Bancos SA – SERASA – (“Serasa”) de títulos protestados por falta de pagamento ou aceite que perfaça um valor agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Não obstante as Condições de Cessão acima descritas, os Direitos Creditórios deverão atender a certos Critérios de Elegibilidade, cujo atendimento será validado pelo Administrador. Para fins do disposto na legislação e no Regulamento do Fundo, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

- I – os Direitos Creditórios ofertados ao Fundo não poderão ser de Sacados devedores de Direitos Creditórios que estejam inadimplidos para com o Fundo há mais de 05 (cinco) dias úteis;
- II – os Direitos Creditórios deverão ter prazo mínimo de vencimento de 7 (sete) dias contados da data de cessão e prazo máximo de vencimento de 90 (noventa) dias contados da data de cessão. Não serão aceitos Direitos Creditórios com prazo superior ao prazo da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo;
- III – os Direitos Creditórios a serem cedidos não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento no momento da cessão para o Fundo;
- IV – no momento da cessão, o total máximo de Direitos Creditórios devidos por um mesmo Sacado não poderá exceder a 2% (dois por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- V – as negociações para a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo serão realizadas a taxas de mercado, observando-se que a taxa de desconto para a aquisição de Direitos Creditórios deve ser equivalente a, no mínimo, o *benchmark* da respectiva Série, acrescida ainda de 2% (dois por cento) ao ano, calculado com base no prazo de vencimento do Direito Creditório, observado o *pro rata* desse percentual em relação aos períodos inferiores ou que superarem um ano.

Na hipótese do Direito Creditório perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, não haverá direito de regresso contra o Administrador, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS

Os procedimentos referentes ao processo de análise e concessão de crédito são desenvolvidos e monitorados pela Cedente, podendo ser sintetizados da seguinte forma:

- I – análise dos Sacados tendo por base a avaliação das informações por eles enviados ao sistema cadastral da Cedente;
- II – análise do histórico de pagamentos dos Sacados;
- III – verificação, junto ao CCF, ao SPC e à SERASA, de alguma restrição cadastral relevante do Sacado;
- IV - verificação se o perfil de risco do Sacado é compatível com os valores dos Direitos Creditórios ofertados; e

V – obrigatoriedade de que o Sacado admita a cessão de direitos creditórios a terceiros.

A cobrança bancária e coleta dos pagamentos dos Direitos Creditórios vincendos serão realizadas pelo AGENTE COBRADOR, por conta e ordem do Fundo.

A Cedente foi contratada pelo Fundo como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, conforme descrito no Contrato de Cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos observará os seguintes procedimentos:

I – A partir do dia útil seguinte ao vencimento do título, não havendo a confirmação do pagamento, a área financeira entra em contato com o cliente para apurar a razão do não-pagamento e obter informações sobre a data esperada de pagamento.

II – Se em até 5 (cinco) dias úteis após o vencimento persistir a situação de não-pagamento o título em questão é automaticamente encaminhado para protesto e o cliente terá bloqueado os seus novos pedidos.

III – São cobrados juros sobre os pagamentos em atraso.

IV - Na eventualidade de, nas etapas anteriores, não haver nenhum resultado é verificada a viabilidade da cobrança jurídica, através do Departamento Jurídico.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados todo dia útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos de crédito e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira:

I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como "títulos mantidos até o vencimento". Os demais ativos deverão ser classificados na categoria "títulos para negociação";

II – os ativos que têm valor de mercado serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor, observado que:

a) a verificação do valor de mercado dos ativos do Fundo terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos ativos do Fundo, levando em consideração volume, obrigação e prazo; e

b) na precificação dos ativos deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

III - tendo em vista que não há mercado ativo de direitos de crédito cujas características sejam idênticas às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas à eventual inadimplência dos mesmos.

IV - Os Direitos Creditórios serão avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

As perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das mesmas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O valor das provisões referidas acima será calculado levando-se em conta o valor total das Duplicatas a que se referem os Direitos Creditórios não adimplidos, de acordo com o disposto na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, devendo a Instituição Administradora provisionar:

a) 40% do valor de vencimento dos Direitos Creditórios Inadimplidos no 32º (trigésimo segundo) dia corrido de atraso; e

b) integralmente os Direitos Creditórios Inadimplidos a partir do 62º (sexagésimo segundo) dia corrido de atraso.

Os Direitos Creditórios em atraso após o 62º (sexagésimo segundo) dia de seu vencimento deverão ser integralmente contabilizados pelo Fundo como perda. Caso os Direitos Creditórios sejam recuperados, após o provisionamento ou contabilização como perda, os mesmos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo e o Administrador deverá: (i) reverter a previsão ou os prejuízos, conforme o caso; e (ii) informar às Empresas para que essas providenciam a reabilitação do Cliente inadimplente em seus sistemas.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios e dos demais ativos componentes da carteira do Fundo será atribuído às quotas subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedido os recursos de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade do Fundo será atribuída às quotas seniores.

Por outro lado, na hipótese do Fundo atingir o *benchmark* definido nas respectivas Série, de acordo com este Regulamento, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às quotas subordinadas, razão pela qual estas quotas poderão apresentar valores diferentes das quotas seniores.

Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

FATORES DE RISCO

Não obstante a diligência do Administrador em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o Administrador mantenham rotina e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o quotista.

Os recursos que constam na carteira do Fundo e os quotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos:

- (i) **Risco de Crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo;
- (ii) **Risco de Liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Administrador poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o Administrador a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos quotistas do Fundo, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- (iii) **Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos quotistas.
- (iv) **Risco de Concentração:** O Administrador buscará diversificar a carteira do Fundo. O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em um único emissor de títulos, ou em direitos creditórios cujo devedor seja um único Sacado, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de crédito desse emissor ou Sacado.
- (v) **Risco de Concentração em uma Única Cedente:** Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão cedidos exclusivamente pelo Laboratório Teuto Brasileiro S.A., com sede na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7-D, Módulo 11 Quadra 13 – DAIA e inscrito no CNPJ/MF sob nº 17.159.229/0001-76 ("Cedente"). A aquisição de direitos creditórios originados exclusivamente pela Cedente pode comprometer a continuidade do Fundo, em função da não continuidade das operações comerciais de titularidade da Cedente e da capacidade desta originar Direitos Creditórios.
- (vi) **Risco Relativo à Proximidade entre o Valor do Patrimônio Líquido do FUNDO e o Limite Igual ou Superior a um milhão de reais como critério de aceitação de um Sacado:** Nos termos dos parágrafos 5º, 6º e 7º do artigo 12 do Regulamento, na hipótese do Administrador verificar a existência de apontamentos relativos a

registros de Sacados no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF – do Banco Central do Brasil, no cadastro da Centralização dos Bancos SA – SERASA – (“Serasa”) de títulos protestados por falta de pagamento ou aceite que perfaça um valor agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e/ou se estão em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar, o Administrador suspenderá a aquisição de Direitos Creditórios destes Sacados. Este valor é próximo ao valor do patrimônio líquido da 1 Série do FUNDO, o que pode gerar um aumento no risco de crédito a que o **FUNDO** se sujeita.

- (vii) **Risco de Descasamento:** Os direitos creditórios componentes da carteira do Fundo são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as quotas tem como parâmetro a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, o Administrador, sempre que possível, contratará operações de *swap* de taxas prefixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de o Administrador não conseguir contratar tais operações de *swap* ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as quotas, inclusive seniores.
- (viii) **Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Sacados. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os quotistas e atrasos nos pagamentos das amortizações e/ou dos regates.
- (ix) **Riscos do Mercado Secundário:** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das quotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de quotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.
- (x) **Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o Fundo recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.
- (xi) **Risco de Resgate das Quotas do Fundo em Direitos Creditórios:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do Fundo em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as quotas seniores poderão ser resgatadas em direitos creditórios. Nessa hipótese, os quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos Sacados;
- (xii) **Risco de Atraso no Pagamento do Resgate:** Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos Creditórios são classificados no ativo do Fundo como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- (xiii) **Risco de irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos Creditórios:** O Administrador realizará a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.
- (xiv) **Risco de guarda dos Documentos Representativos do Crédito pela Cedente:** Nos termos do parágrafo 1º do artigo 12 do Regulamento, a Cedente efetuará a guarda dos Documentos Representativos do Crédito, na qualidade de fiel depositária dos mesmos. Todavia, mesmo que a Cedente efetue a guarda dos Documentos Representativos do Crédito na qualidade de fiel depositária, existe a possibilidade de os mesmos serem perdidos ou extraviados. Neste caso, a perda ou extravio de qualquer dos Documentos Representativos do Crédito pode dificultar ou até inviabilizar a cobrança dos Direitos Creditórios.
- (xv) **Riscos Específicos do Ramo de Atuação da Cedente:** Muito embora o Brasil tenha uma legislação sobre proteção de patentes e seja um dos signatários do Acordo Sobre os Direitos da Propriedade Intelectual (TRIPS, na sigla em inglês), em situações emergenciais a legislação brasileira permite que as patentes sejam declaradas

nulas. Outro fator de risco é a falsificação de medicamentos, cujo percentual é considerado elevado no Brasil, apesar de não configurar uma situação grave.

- (xvi) **Demais Riscos:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

A Cedente efetuará a cessão dos Direitos Creditórios exclusivamente para o **FUNDO**. Desta forma, a Cedente não cederá Direitos Creditórios por ela originados para outros fundos de investimento em direitos creditórios em funcionamento.

As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia do Administrador, de suas Partes Relacionadas, ou do FGC.

EMIÇÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS DO FUNDO

As Quotas do Fundo serão de classe Sênior ou Subordinada, admitindo-se a emissão de séries de Quotas Seniores, com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração. Todas as Quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares que caracteriza a qualidade de Quotista. Com exceção ao disposto abaixo, os direitos e obrigações das Quotas Seniores e Subordinadas serão idênticos.

As Quotas Seniores da 1ª Série do Fundo serão distribuídas nos termos do Suplemento da 1ª Série anexo ao Regulamento do Fundo, ao passo que as Quotas Subordinadas serão subscritas integralmente pela Cedente, nos termos dos Boletins de Subscrição e Integralização, sem prejuízo do disposto no Capítulo XIII abaixo.

As Quotas Seniores da 1ª Série do Fundo serão avaliadas por empresa classificadora de risco (de *rating*) especializada. Esta avaliação será feita periodicamente a cada trimestre, conforme disposto no Regulamento do Fundo.

Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das Quotas Seniores da 1ª Série do Fundo, serão adotados os seguintes procedimentos:

- I – comunicação a cada quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico; e
- II – envio a cada quotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

A integralização, a amortização e o resgate de Quotas Seniores da 1ª Série do Fundo podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

Para o cálculo do número de Quotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue ao Administrador quaisquer taxas ou despesas.

Será admitida a integralização, a amortização e o resgate de Quotas Subordinadas do Fundo em Direitos Creditórios.

Observadas as demais disposições do Regulamento do Fundo, as Quotas Subordinadas poderão ser amortizadas e/ou resgatadas em Direitos Creditórios. Em vista da CPMF, as amortizações e resgates em Direitos Creditórios devem observar o seguinte procedimento: a amortização e o resgate de Quotas serão efetivados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, simultaneamente à compra, pelo Quotista, de Direitos Creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Para os fins do disposto acima, durante a vigência da CPMF, as integralizações, amortizações e resgates em direitos creditórios devem observar os seguintes procedimentos:

- I – a integralização de cotas deverá ser realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, concomitantemente à venda, pela Cedente, de direitos creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado, na forma e proporção estabelecidas no respectivo regulamento e demais disposições aplicáveis; e
- II – a amortização e o resgate de cotas será efetivado por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN simultaneamente à compra, pelo cotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado, na forma e proporção estabelecidas no Regulamento do Fundo e demais disposições aplicáveis.

Na emissão de Quotas Seniores e Subordinadas do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências. Para fins de

amortização e resgate das Quotas Seniores e Subordinadas do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor do dia do pagamento da amortização respectiva.

No ato da subscrição das Quotas, o subscritor assinará Boletim de Subscrição que será autenticado pelo Administrador. Do Boletim de Subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II – quantidade e classe de Quotas subscritas; e III - preço de subscrição e condições para sua integralização.

O valor inicial das quotas do Fundo na Data de Emissão das Cotas será de R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais) cada.

Não há limite máximo de subscrição por investidor.

No momento da emissão das quotas seniores será constituída uma Reserva de Liquidez, equivalente a 2,5% (dois e meio por cento) do total emitido de quotas seniores, em favor do Fundo, a fim de garantir uma maior grau de liquidez para a carteira de ativos do Fundo.

I – A Reserva de Liquidez será registrada, controlada e administrada pelo Administrador.

II – Os recursos da Reserva de Liquidez serão exclusivamente alocados na aquisição dos títulos públicos indicados nas alíneas “a” e “b” do Artigo 14 do Regulamento.

III – Os rendimentos auferidos pela aplicação dos recursos da Reserva de Liquidez serão revertidos exclusivamente ao Fundo.

Mediante deliberação e aprovação de quotistas, reunidos em Assembléia Geral de Quotistas, que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das quotas emitidas, novas séries de quotas seniores do Fundo poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados neste Regulamento, especialmente os do Capítulo XIII abaixo. Assim sendo, o Fundo poderá distribuir e manter séries distintas de quotas seniores concomitantemente em circulação, com valor unitário de emissão, na 1ª data de emissão das quotas de cada Série “n”, definido no Suplemento da Série “n” de quotas seniores, e em quantidades e condições previamente estabelecidas em seu respectivo Suplemento, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356, conforme o caso.

Não haverá direito de preferência para os quotistas da 1ª Série do Fundo, ou para os quotistas de quaisquer das séries subsequentes à 1ª Série, na aquisição de quotas de eventuais novas séries de quotas que possam vir a ser emitidas pelo Fundo.

A critério do Administrador, novas quotas subordinadas do Fundo, independentemente de aprovação dos quotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356.

Na emissão de quotas seniores mencionadas acima, o Administrador deverá emitir tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a Razão de Garantia do Fundo, nos termos do Capítulo XIII do Regulamento.

As quotas seniores mencionadas acima deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no Boletim de Subscrição, ou no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores respectivo, se for o caso, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 20, parágrafo 1º, da Instrução 356 para a subscrição de quotas.

O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou o Administrador solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do Fundo, amortização de quotas ou de sua liquidação.

Por ocasião do resgate, o Administrador observará, no que for cabível, os procedimentos definidos neste Capítulo e no Suplemento da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo.

O Fundo não efetuará resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis, assim definidos como sendo também os dias de feriados de âmbito estadual e/ou municipal na sede do Administrador.

Entende-se por dia útil, entende-se por “dia útil” segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional e/ou feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na Cidade de São Paulo.

As amortizações da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo serão realizadas nas datas de amortização definidas no respectivo Suplemento da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

Enquanto existirem Quotas Seniores em circulação, o Fundo obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia.

As Quotas Subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas ao final do prazo de duração da respectiva série "n" de quotas seniores.

O pagamento das amortizações das Quotas Seniores obedecerá às condições, datas, percentuais e valores previstos no Suplemento da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo.

RAZÃO DE GARANTIA

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação entre o valor das Quotas Seniores e o patrimônio líquido do Fundo será de 85% (oitenta e cinco por cento). Isto quer dizer que o Fundo deverá ter, no mínimo, 15% (quinze por cento) de seu patrimônio representado por Quotas Subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos quotistas do Fundo, mensalmente, no site ou na sede do Administrador.

Sem prejuízo do disposto no Capítulo XV do Regulamento do Fundo, que trata dos eventos de liquidação das Quotas e do Fundo, na hipótese de inobservância da Razão de Garantia, com Quotas Subordinadas representando menos que 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – O Administrador imediatamente interromperá a aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis.

II - O Administrador comunicará, imediatamente, tal ocorrência à Cedente, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

- a) noticiará a inobservância do percentual mencionado no *caput* e a interrupção da aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis e solicitará à Cedente que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;
- b) informará à Cedente o número mínimo de quotas subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer a Razão de Garantia.

III – A Cedente deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no item II acima, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

IV - Na hipótese de o Administrador verificar que, decorrido o prazo do item II acima, não se alcançou o restabelecimento da Razão de Garantia, quer em virtude da não subscrição, por parte da Cedente, de um número de Quotas Subordinadas suficientes, quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre:

- a) providências a serem tomadas pelo Administrador;
- b) substituição do Administrador no exercício das funções em relação ao Fundo; e/ou
- c) pela liquidação antecipada do Fundo.

Em razão do disposto acima, o Administrador poderá providenciar a emissão de Quotas Subordinadas do Fundo a qualquer tempo, a fim de restabelecer a Razão de Garantia, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto no Capítulo X do Regulamento do Fundo.

ASSEMBLÉIA GERAL

Será de competência privativa da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o regulamento do Fundo, inclusive para prorrogar o prazo de duração da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo;

III - deliberar sobre a substituição do Administrador;

IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, se for o caso, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;

VI - eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas nomeado(s);

VII - deliberar sobre a liquidação do Fundo;

VIII - alterar os critérios para apuração do valor das quotas;

IX - deliberar sobre a emissão de novas quotas, exceto para fins de restabelecimento da Razão de Garantia;

X - deliberar sobre a amortização parcial das quotas;

XI - deliberar sobre a liquidação antecipada das quotas, hipótese em que necessariamente será antecipado o prazo de vencimento da série;

XII - aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou ativos financeiros; e

XIII - alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto neste Capítulo.

O Regulamento do Fundo poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas; e

II - não exercer cargo ou função no Administrador, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

A convocação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo far-se-á por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada Quotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias úteis de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Quotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos Quotistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde o Administrador tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios, cartas ou correios eletrônicos endereçados aos Quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede do Administrador.

Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Para efeito do disposto no parágrafo segundo, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Quotistas pode reunir-se por convocação do Administrador ou de Quotistas possuidores de quotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas.

Na Assembléia Geral, a ser instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 70% (setenta) por cento das quotas emitidas e, em segunda convocação, com a presença de pelo menos um Quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de quotas dos Quotistas presentes, correspondendo a cada quota um voto, com exceção dos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, X, XI, XII e XIII acima, que dependerão sempre de aprovação de Quotistas Seniores que representem 75% (setenta e cinco por cento) das quotas seniores emitidas pelo Fundo.

A deliberação relativa ao inciso IX acima dependerá de aprovação da unanimidade dos Quotistas.

Somente podem votar na Assembléia Geral os Quotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na assembleia geral o Administrador e seus empregados.

As decisões da assembleia geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação referida no *caput* deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista.

As modificações aprovadas pela Assembleia Geral de Quotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I – lista de Quotistas presentes na assembleia geral;
- II – cópia da ata da assembleia geral; e
- III – exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá ao Administrador ou aos quotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Quotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pelo Administrador, delibere sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos dos Quotistas:

- I - inobservância pelo Administrador de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo IV do Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, operacionalizada pelo Administrador;
- II - renúncia do Administrador do Fundo;
- III - inobservância pelo Administrador de seus deveres e obrigações previstos no Capítulo IV do Regulamento, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;
- IV - aquisição reiterada, pelo Administrador, de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Capítulo VI do Regulamento;
- V - rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série de quotas do Fundo em um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- VI - não subscrição, por qualquer motivo, pela Cedente, uma vez decorrido o prazo de que trata o artigo 44, inciso II, alínea "a" acima, de tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia;
- VII – na hipótese da Razão de Garantia for inferior a 14% por um prazo superior a 05 (cinco) dias úteis;
- VIII - inobservância pelas Cedentes de seus deveres e obrigações previstos no Contrato de Cobrança e Depósito, desde que, se notificadas pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, a Cedente não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação;
- IX - não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das quotas seniores;
- X - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Quotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;
- XI - ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão;
- XII – na hipótese da Cedente apresentar títulos vencidos e protestados que perfaçam um valor agregado superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

A cada Data de Verificação de Pagamento (DVP), ou seja, no 10º (décimo) dia útil de cada mês, o Administrador deverá calcular o desempenho da carteira dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos até tal DVP, conforme indicado abaixo:

- i) caso a média móvel simples de 3 (três) meses do índice de inadimplência de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias seja superior a 12% (doze por cento) - definido este índice de inadimplência como sendo o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos, no último dia útil do mês anterior a tal DVP, entre 15 (quinze) a 30 (trinta)

dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vincendos no mês anterior a tal DVP - o Fundo não poderá adquirir mais Direitos Creditórios até o restabelecimento do referido índice; caso tal limite seja atingido por 2 (dois) meses consecutivos o Administrador deverá declarar a ocorrência de um Evento de Avaliação;

- ii) caso a média móvel simples de 3 (três) meses do índice de inadimplência de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias seja superior a 8% (oito por cento) - definido este índice de inadimplência como sendo o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos, no último dia útil do mês anterior a tal DVP, entre 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vincendos no mês anterior a tal DVP - o Fundo não poderá adquirir mais Direitos Creditórios até o restabelecimento do referido índice; caso tal limite seja atingido por 2 (dois) meses consecutivos o Administrador deverá declarar a ocorrência de um Evento de Avaliação; e
- iii) caso a média móvel simples de 3 (três) meses do índice de inadimplência de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias seja superior a 5% (cinco por cento) - definido este índice de inadimplência como sendo o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos, no último dia útil do mês anterior a tal DVP, entre 61 (sessenta e um) e 90 (noventa) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vincendos no mês anterior a tal DVP - o Fundo não poderá adquirir mais Direitos Creditórios até o restabelecimento do referido índice; caso tal limite seja atingido por 2 (dois) meses consecutivos o Administrador deverá declarar a ocorrência de um Evento de Avaliação.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador suspenderá imediatamente a aquisição de Direitos Creditórios e o pagamento pela amortização de quotas subordinadas ainda em aberto, se houver. Concomitantemente, o Administrador deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do Fundo. Caso a Assembléia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, o Administrador deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 44, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

A 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo será liquidada por ocasião do término do seu prazo de duração.

O Fundo será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

- I - por deliberação de assembléia geral de quotistas, conforme o Artigo 52 do Regulamento;
- II - se o Fundo mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- III - caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- IV - caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;
- V - se houver amortização de quotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- VI - impossibilidade do Fundo adquirir direitos de crédito admitidos por sua política de investimentos;
- VII - se houver decretação de falência, decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou Regime Especial de Administração Temporária - RAET da Cedente;
- VIII - caso o Índice de Inadimplência entre 15 (quinze) e 30 (trinta) dias, conforme definido no parágrafo primeiro do Artigo 45 do Regulamento, exceda por uma única vez a 15% (quinze por cento);
- IX - caso o Índice de Inadimplência entre 31 (trinta e um) e 60 (sessenta) dias, conforme definido no parágrafo primeiro do Artigo 45 do Regulamento, exceda por uma única vez a 12,5% (doze e meio por cento); e
- X - caso o Índice de Inadimplência entre 61 (sessenta e um) e 90 (noventa) dias, conforme definido no parágrafo primeiro do Artigo 45 do Regulamento, exceda por uma única vez a 10% (dez por cento).

Os índices de inadimplência relacionados nos itens VIII, IX e X acima, serão calculados pelo Administrador no 10º (décimo) dia útil do mês calendário.

Nas hipóteses do item I, se a decisão Assembléia Geral for a de não liquidação do Fundo, fica desde já assegurado o resgate das quotas seniores dos quotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Na liquidação antecipada do Fundo, não havendo a disponibilidade de recursos, os quotistas do Fundo poderão receber Direitos Creditórios constantes da carteira do Fundo, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos direitos de crédito e dos ativos financeiros para fins de pagamento de resgate das quotas, os direitos de crédito e os ativos financeiros serão dados em pagamento aos quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada quotista será calculada de acordo com a proporção de quotas detida por cada titular sobre o valor total das quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

O Administrador deverá notificar os quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de direitos de crédito e ativos financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de direitos de crédito e ativos financeiros a que cada quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os quotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de quotas seniores que detenha a maioria das quotas seniores em circulação.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá i) notificar os Quotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de direitos de crédito; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de quotas do Fundo. O Administrador deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos quotistas dissidentes de que trata o Parágrafo Segundo do artigo 48 supra.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de quotas seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 40 do Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das quotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das quotas seniores, será pago aos titulares de quotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de quotas de cada titular, observando-se:

I - os quotistas poderão receber tal pagamento em direitos de crédito, nos termos do Parágrafo Quarto do artigo 47, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 41, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, e;

II – que o Administrador poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos de crédito de titularidade do Fundo, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 40, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do Fundo, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das quotas seniores e quotas subordinadas.

A liquidação do Fundo será gerida pelo Administrador, observando: i) as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral, e; ii) que cada quota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais quotas de mesma classe.

Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares de quotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas seniores.

TAXAS

O Administrador cobrará taxa de administração correspondente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, com uma taxa mínima conforme determinado abaixo:

I - Nos primeiros 12 (doze) meses de existência do Fundo a taxa de Administração mínima será de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) ao mês;

II - A partir do 13º (décimo terceiro) mês de existência a taxa de administração mínima passa a ser de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) ao mês;

III - Os valores aqui fixados em reais serão corrigidos após o período de 12 meses do início do Fundo, pelo índice IGP-M acumulado no ano anterior.

A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua apuração.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada acima.

O Fundo não possui taxa de ingresso, de performance e/ou taxa de saída.

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas, as quais poderão lhe serem debitadas diretamente. (os "Encargos do Fundo"):

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- i) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação, se houver; e
- j) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco, se houver.

Quaisquer despesas não previstas no *caput* deste Artigo como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

TRIBUTAÇÃO

TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO:

IOF

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

CPMF

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

IR

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira são isentos do Imposto de Renda.

TRIBUTAÇÃO SOBRE OS QUOTISTAS:

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do Fundo efetuadas com recursos detidos (i) nas contas correntes de depósito a vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); e (ii) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento).

IR

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos Quotistas incide o IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) ou de curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios), e após a definição da classificação do Fundo segundo este critério, a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme abaixo descrito:

- (i) Fundo de longo prazo:

22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;
20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;
17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e
15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

(ii) Fundo de curto prazo:

22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias; e
20,0% - prazo da aplicação acima de 180 dias.

Os prazos referidos acima são considerados a partir da data da aplicação.

AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota aplicável com base no prazo médio da Carteira.

ALIENAÇÃO DE QUOTAS DO FUNDO A TERCEIROS

Na hipótese de alienação de quotas do Fundo em bolsa de valores, o ganho líquido (diferença positiva entre o preço de venda e o respectivo custo de aquisição) auferido está sujeito ao imposto de renda, à alíquota de 15%. Neste caso, o imposto de renda será apurado e pago pelo próprio Quotista. No caso de pessoa física, a tributação é definitiva, não sendo tais ganhos incluídos no cálculo do imposto de renda sobre rendimentos sujeitos ao ajuste anual. No caso de pessoa jurídica, a tributação será antecipação do imposto de renda devido ao final do ano. Não obstante, no caso de pessoa jurídica isenta de imposto de renda, o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos mensais será considerado definitivo, tal como ocorre com as pessoas físicas.

Adicionalmente, ao alienar quotas do Fundo em bolsa de valores, haverá a incidência de IR-Fonte à alíquota de 0,005%, calculado sobre o valor de alienação (dispensada a retenção do IR-Fonte cujo valor seja igual ou inferior a R\$1,00), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediária que receber a ordem de alienação do Quotista do Fundo.

O valor do IR-Fonte referido no parágrafo anterior poderá ser: (i) deduzido do imposto de renda sobre ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes; (iii) compensado na declaração de ajuste anual (se pessoa física) caso, após a dedução de que tratam os itens (i) e (ii), houver saldo de IR-Fonte retido; e (iv) compensado com o imposto de renda devido sobre o ganho de capital na alienação das quotas.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

As atividades de administração e gestão da carteira do Fundo serão exercidas pelo Administrador.

OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR

Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

I – manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do Fundo;
- b) o registro dos condôminos;
- c) o livro de atas de assembleias gerais;
- d) o livro de presença de condôminos;
- e) o prospecto do Fundo, quando aplicável;
- f) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
- h) os relatórios do auditor independente;

II – receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;

III – entregar ao condômino, gratuitamente, exemplar do regulamento do Fundo, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV – divulgar, na periodicidade prevista no regulamento do Fundo, no periódico referido no inciso anterior ou através de entidades de classe de Instituições do Sistema Financeiro Nacional, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo;

V – custear as despesas de propaganda do Fundo;

VI – fornecer anualmente aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII – sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas nesta instrução, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a mesma e o Fundo;

VIII – providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

IX - assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo, evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado;

X – assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo verifique se os relatórios elaborados pelo Cedente estão evidenciando (a) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo cedente, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período, se for o caso; e (b) os resultados da verificação do lastro por amostragem ou não, realizada no trimestre anterior pelo cedente, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.

XI - proceder à contratação dos serviços da Agência de Classificação de Risco e da Empresa de Auditoria, e à celebração do Contrato de Cessão;

XII - executar serviços que incluam, dentre outras obrigações, (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;

XIII - fazer a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:

- (i) extratos da Conta Corrente do Fundo;
- (ii) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e
- (iii) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;

XIV - informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco:

- (i) a substituição do Administrador ou da Empresa de Auditoria;
- (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Liquidação; e
- (iii) a celebração de aditamentos ao Regulamento ou ao Contrato de Cessão;

XV - disponibilizar, mediante solicitação, as demonstrações financeiras trimestrais do Fundo à Agência de Classificação de Risco; e

XVI - providenciar o registro do Regulamento e de seus eventuais aditamentos.

Tendo em vista disposto no parágrafo quarto do artigo 5º do presente Regulamento, fica o Cedente responsável pela observância ao disposto nos itens X e XIII, sub item (ii).

VEDAÇÕES DO ADMINISTRADOR

É vedado ao Administrador, em nome próprio:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações em mercados de derivativos;
- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do Administrador, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou

outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste regulamento;
- III – aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV – adquirir cotas do próprio Fundo;
- V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste regulamento;
- VI – vender cotas do fundo a prestação;
- VII – vender cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- VIII – prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- X – delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;
- XI – obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.
- XIII - emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.
- XIV - criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros.

O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado, e que os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Administrador, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período, se for o caso e os resultados da verificação do lastro por amostragem ou não, realizada no trimestre anterior pelo Administrador, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.

Observado o disposto no parágrafo único do artigo 9º acima, o Administrador é responsável pelas seguintes atividades:

- I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados pelos Documentos Representativos de Crédito;
- II - validar os direitos creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente e órgãos reguladores; e
- VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

O Administrador deverá contratar a Cedente para efetuar a guarda dos Documentos Representativos do Crédito referentes aos Direitos Creditórios, de acordo com o disposto no Contrato de Depositário Fiel a ser celebrado entre o Administrador, o Fundo e a Cedente.

A contratação, pelo Administrador, da Cedente não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle, pela Cedente, sobre os Direitos Creditórios, tampouco eximirá o Administrador de suas obrigações de custódia previstas na regulamentação em vigor.

Em decorrência da diversificação de devedores e do volume de créditos cedidos, o Administrador e/ou Auditor contratado pelo Fundo verificarão, trimestralmente, o lastro dos Direitos Creditórios por amostragem. Independentemente do disposto neste parágrafo, o Administrador e/ou Auditor contratado pelo Fundo poderão verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto à Cedente, a existência e formalização dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento com relação à guarda e organização destes documentos, tudo nos termos do Contrato de Depositário Fiel e no disposto na legislação em relação a atividade de Custódia.

O Administrador e/ou Auditor contratado pelo Fundo efetuarão a verificação por amostragem referida no parágrafo terceiro acima, utilizando-se de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando ainda parâmetros em

relação à diversificação de clientes, quantidade e valor médio dos direitos creditórios, intervalo de confiança de 95% e erro tolerável aceitáveis, nos termos da seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

O Administrador verificará, semestralmente, se os Sacados devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo possuem registro no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF – do Banco Central do Brasil, no cadastro da Centralização dos Bancos SA – SERASA – (“Serasa”) de títulos protestados por falta de pagamento ou aceite que perfaça um valor agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e/ou se estão em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar.

Adicionalmente ao disposto no parágrafo acima, e no momento em que se verificar a existência de Direitos Creditórios vencidos e não pagos há mais de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de seus respectivos vencimentos, o Administrador verificará se os Sacados devedores dos respectivos Direitos Creditórios vencidos e não pagos possuem registro no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF – do Banco Central do Brasil, no cadastro da Centralização dos Bancos SA – SERASA – (“Serasa”) de títulos protestados por falta de pagamento ou aceite que perfaça um valor agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e/ou se estão em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar.

Na hipótese de o Administrador verificar a existência de qualquer apontamento relativo aos fatos indicados nos parágrafos acima, o Administrador imediatamente suspenderá a aquisição de direitos creditórios cujo Sacado possua qualquer restrição cadastral.

SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR

Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

Na hipótese de deliberação pela assembleia geral da liquidação do Fundo, o Administrador se obriga a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

Na hipótese de deliberação pela assembleia geral da substituição do Administrador, o mesmo se obriga a permanecer no exercício regular de suas funções pelo prazo de 30 (trinta) dias.

O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da realização da respectiva Assembleia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações do Administrador, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 30 (trinta) dias.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, nos termos do Decreto-Lei 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, intervenção ou liquidação extrajudicial do Administrador, deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral de quotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de quotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição do Administrador, no exercício das funções de administração do Fundo; ou b) pela liquidação antecipada do Fundo.

CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

A custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo e a controladoria de Ativos e Passivos do Fundo, sem prejuízo das atividades previstas no artigo 38 da Instrução CVM 356 também serão realizadas pelo Administrador, observado ainda o disposto nos Parágrafos abaixo.

O Administrador, em nome do Fundo, nomeou o Cedente como sua mandatária, por todo o prazo de vigência dos Contratos de Cessão de ativos a integrar a carteira do Fundo, para proceder à cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Cobrança.

A Cedente, às suas expensas, obriga-se, ainda, em caráter irrevogável e irretratável, a manter-se, nos termos da legislação vigente, como Depositária Fiel dos Documentos Comprobatórios e demais documentos que servem de lastro para o Direitos Creditórios selecionados pelo Administrador e adquiridos pelo Fundo, mantendo os mesmos sob sua custódia, atualizados e em perfeita ordem,, responsabilizando-se inclusive por sua guarda e registro, em nome do Fundo, até o pagamento integral dos Direitos Creditórios.

O Administrador, a empresa responsável pela Auditoria do Fundo, a agência classificadora de riscos contratadas pelo Fundo, os órgãos reguladores ou terceiros por eles contratados terão acesso irrestrito aos Documentos Comprobatórios, podendo, a qualquer tempo, mas desde que nos horários normais de funcionamento da Cedente, sem nenhum custo adicional, consultar ou retirar os Documentos Comprobatórios e realizar diligências, com o objetivo de verificar o cumprimento, pela Cedente de suas respectivas obrigações de fiel depositário, nos termos do parágrafo terceiro acima.

O Administrador deverá exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o Fundo, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e do fundo, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida, e respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembléia Geral, e (ii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos dos mesmos.

O Administrador, observadas as limitações do Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios, Ativos Financeiros.

O Administrador, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista ou por meio de correio eletrônico, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato e com antecedência mínima de 10 (dez) dias, Assembléia Geral de quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM 356.

Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

Na hipótese de deliberação pela assembléia geral da liquidação do Fundo, o Administrador se obriga a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

Na hipótese de deliberação pela assembléia geral da substituição do Administrador, o mesmo se obriga a permanecer no exercício regular de suas funções pelo prazo de 30 (trinta) dias.

O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da realização da respectiva Assembléia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações do Administrador, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 30 (trinta) dias.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, nos termos do Decreto-Lei 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, intervenção ou liquidação extrajudicial do Administrador, deve automaticamente ser convocada Assembléia Geral de quotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de quotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição do Administrador, no exercício das funções de administração do Fundo; ou b) pela liquidação antecipada do Fundo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO

O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- c) notas explicativas e outras informações julgadas pela Empresa de Auditoria como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 11 supra.

O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 30 de outubro.

ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas, as quais poderão lhe serem debitadas diretamente. (os "Encargos do Fundo"):

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- i) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- j) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco.

Quaisquer despesas não previstas no *caput* deste Artigo como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas e/ou divulgação seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil, na sua impossibilidade, mediante aviso prévio aos Quotistas, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista, indicado no Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento; e (iii) por meio de carta com aviso de recebimento.

As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuírem Quotas.

Qualquer mudança no periódico referido no *caput* deste Artigo, deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, observado o respectivo quorum.

No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre:

- a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
- c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo.

Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

- b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO

Publicação de Quotas, Anúncios, Fatos Relevantes, Convocações e demais documentos: Gazeta Mercantil.

BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

ADMINISTRADOR, GESTOR E CUSTODIANTE – BANCO SANTANDER S.A.

O Grupo Santander possui vasta experiência na prestação de serviços a investidores institucionais locais e estrangeiros são mais de 25 anos de prestação de serviços para este público na Europa.

Possui experiência de mais de 25 anos nos serviços de Custódia no Brasil, através da Corretora Banespa.

Após de um grande e agressivo crescimento no mundo, o Grupo Santander está entre os 12 maiores bancos do mundo por valor de mercado, maior banco na zona do euro e a maior instituição financeira da América Latina.

Para os serviços de Custódia, o Grupo Santander atua hoje em mais de 30 países pelo mundo, sendo 6 países na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela), onde se transformou em um dos maiores provedores destes serviços na região, atuando como provedor regional de serviços para grandes clientes institucionais e corporativos.

Soluções customizadas, da mais alta qualidade e elaboradas para atender objetivamente as reais necessidades de seus clientes é a filosofia de trabalho do Banco Santander neste segmento.

O Banco Santander é o primeiro e único custodiante na América do Sul com *rating* em serviços de custódia (*Standard & Poors* - Agosto/05).

Como reconhecimento pela qualidade dos serviços oferecidos aos seus clientes o Banco Santander foi apontado nos anos de 2004 e 2005 como o melhor Custodiante doméstico em atuação no Brasil, conforme pesquisa efetuada pela *Global Custodian Magazine* - Dezembro/04 e Dezembro/05 junto aos contratantes dos serviços. Além do reconhecimento dado pelos seus clientes pela alta qualidade, o Banco Santander também é signatário do Código de Auto-Regulação de Serviços Qualificados da ANBID desde o seu lançamento, o que assegura conformidade com as melhores práticas de mercado.

Atualmente no Brasil, o Grupo Santander possui ativos de clientes em custódia no valor de R\$ 107,8 Bilhões, assim divididos:

- R\$ 46,5 Bilhões administrados pela própria Instituição;
- R\$ 61,3 Bilhões administrados por terceiros e sob a responsabilidade da Custódia Qualificada Santander (fonte: ANBID – Jul/07).

O Banco Santander oferece soluções completas e diferenciadas através de sua Área de Serviços a Investidores, oferecendo serviços relacionados a Custódia e Controladoria (Serviços Qualificados) de ativos, Administração e Custódia de FIDCs, Fundo Multipatrocinado, Custódia e Representação Local para Investidores Não Residentes (Res. 2689), *Clearing Agent* (BM&F e Bovespa) entre outros.

Na Custódia de Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios - FIDCs, o Banco Santander está estruturado sob o ponto de vista de conhecimento técnico, operativo e de tecnologia para oferecer soluções de qualidade, com elevado grau de automação focadas nas diferentes necessidades de clientes. As atividades relacionadas a prestação de serviços de Direitos Creditórios abrangem desde o controle e acompanhamento dos critérios de elegibilidade dos recebíveis, controle da liquidação financeira e física, contabilidade, controladoria, aplicação dos critérios de apuração dos ativos, escrituração de cotas, gerenciamento das carteiras, conciliações automatizadas de estoque, além de toda proteção e segurança de infra-estrutura tecnológica, sites alternativos de contingência entre outros.

ESTRUTURADOR - GAINVEST DO BRASIL ASSET MANAGEMENT LTDA

A Gainvest do Brasil Asset Management Ltda., empresa fundada em 2003, pertence ao Grupo López León, o qual iniciou suas atividades em 1980, na Argentina.

O Grupo López León atua em duas grandes áreas: Intermediação Financeira Especializada e Asset Management/Mercado de Capitais e possui empresas localizadas na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai.

A Gainvest do Brasil Asset Management Ltda. é uma empresa de consultoria financeira com forte participação em operações de securitização, tendo destacada atuação na estruturação de fundos de investimento em direitos creditórios.

AGÊNCIA DE RATING - STANDARD & POOR'S

A Standard & Poor's, uma divisão da The McGraw-Hill Companies (NYSE:MHP), é a maior provedora mundial de *ratings*, índices, avaliação de risco, pesquisas de investimento, dados e avaliações, e vem contribuindo para a criação de transparência nos mercados de capitais desde sua fundação em 1860.

Atualmente, a Standard & Poor's atua nos mercados de capitais mundiais por meio de uma rede global de mais de 5.000 funcionários localizados em 20 países e é uma das principais fornecedoras mundiais de cotações de ações e de conteúdo financeiro para *sites* na Internet.

Líder global no fornecimento de informações objetivas, insight e análises para clientes nos mercados de ações, renda fixa, câmbio e fundos mútuos.

Investidores de todo o mundo consultam os *ratings* de crédito da Standard & Poor's em busca de análises objetivas e criteriosas sobre a capacidade e a disposição de governos, empresas e outras entidades para pagarem, completa e pontualmente, os trilhões de dólares em dívidas avaliadas no mercado global.

A Standard & Poor's atribuiu seu primeiro rating para instituições brasileiras em 1992, e em novembro de 1994, após a implementação do Plano Real, o primeiro rating à República Federativa do Brasil.

Em 1998, a Standard & Poor's inaugurou seu escritório no Brasil, localizado em São Paulo e, nesse mesmo ano, lançou sua escala nacional de *ratings*, a Escala Nacional Brasil. Atualmente, a Standard & Poor's no Brasil conta com 30 funcionários para atender as demandas do mercado local.

Entre 2000 e 2004, a Standard & Poor's ampliou significativamente o número de *ratings* de empresas brasileiras. Em dezembro de 2003, a Escala Nacional Brasil e a escala global de *ratings* da Standard & Poor's, registravam 590 e 186 *ratings* atribuídos a emissores e emissões, respectivamente.

AUDITORIA – KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG é uma empresa com presença mundial, prestando serviços da mais alta qualidade em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos.

A KPMG foi constituída no Brasil em 1º de julho de 1987, a partir da fusão de três empresas com grande tradição na comunidade de negócios: (i) a Peat Marwick & Mitchell, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International ("PMI"), com atuação no Brasil desde 1915; (ii) a Klynveld Main Goerdeler, presente no país desde 1982; e (iii) a Roberto Dreyfuss, empresa brasileira fundada em 1943.

Em 1987, a KPMG e a PMI fizeram a primeira megafusão do mercado de serviços de auditoria, passando todas as firmas associadas a elas a utilizar o nome KPMG. A KPMG atua no Brasil por meio de mais de 1.000 profissionais, em uma rede de nove escritórios operacionais, cada um liderado por um sócio.

Possui escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, São Carlos e Jaraguá do Sul.

A KPMG presta serviços nas áreas de auditoria e contabilidade, impostos, fusões e incorporações, investigações especiais, treinamento, avaliações empresariais e assessoria em gestão de recursos humanos.

ASSESSOR LEGAL – FREITAS E LEITE ADVOGADOS

Escritório de advocacia empresarial formado em 1989, conta com ampla experiência e tradição nas áreas de mercado financeiro e de capitais. Freitas e Leite busca fornecer uma assessoria legal de qualidade, compreensiva e ágil, para seus clientes no Brasil e no exterior. O escritório tem, dentre seus clientes, dezenas de instituições financeiras, assemelhadas e outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento. Freitas e Leite é um assessor jurídico com forte participação em operações de securitização, tendo destacada participação na estruturação de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CEDENTE

Em 1946 o empresário alemão Adolfo Krumeir desembarca no Brasil trazendo na bagagem a esperança de estabelecer-se empresarialmente, aproveitando o início do ciclo industrial do pós-guerra, que fazia de São Paulo o mais emergente pólo econômico da América Latina. Um ano depois, 1947, o Sr. Krumeir funda o Instituto Farmacêutico Teuto Brasileiro.

Logo os seus produtos passaram a ser receitados e muitos deles se popularizaram rapidamente. Tudo porque, já naquela época, os medicamentos que traziam a marca Teuto eram conhecidos pela sua eficácia terapêutica. Desde o início o Teuto não se descuidava do marketing: frequentemente o Sr. Krumeir estava produzindo cartazes, folders e literatura técnica para distribuir entre os seus propagandistas e distribuidores espalhados pelo Brasil.

Os produtos foram se consolidando junto ao consumidor e ganhando o respeito das farmácias, tanto que muitos daqueles lançados pelo fundador continuam sendo amplamente consumidos até hoje, a exemplo do Apefer, Panvit, Buclamin, Ferroben, Teutoss, Bequedril e Aminotox.

O espírito empreendedor de Adolfo Krumeir também fez com que em curto tempo fosse constituída uma ampla rede de distribuidores dos produtos Teuto nas principais cidades brasileiras. Eram estes distribuidores que disponibilizavam os produtos Teuto para os consumidores.

Em 1966 a empresa Rical (Representações Industrial e Comercial Americana Ltda.), de Belo Horizonte, adquire o controle do Teuto. O velho guerreiro Krumeir entende que é chegada a hora de ir para o sítio embalar-se na rede e insiste em encontrar alguém que seja capaz de perpetuar a obra que construiu com muito zelo. O empresário José Jorge Campos, que então representava comercialmente o Teuto em Minas Gerais, aceitou assumir essa missão junto com outros irmãos - Hugo, Guy, Rui e Rubens. A família entendia do ramo: a Rical possuía um laboratório de produtos medicinais e, além disso, tinha participação em outra indústria farmacêutica, o Harvard, também de Minas. As instalações foram então transferidas para a cidade de Contagem (MG).

Em 1986 ocorreu mais uma transferência de controle: o empresário Walterci de Melo, junto com o irmão Lucimar de Melo, representantes do Laboratório Teuto no que hoje é a região formada pelos Estados do Tocantins, Goiás e parte do Pará e Maranhão, compraram a empresa. Como a sede dos negócios dos irmãos Melo era em Anápolis, Goiás, Walterci teve que se mudar para Belo Horizonte para tocar a nova empresa. O seu irmão continuou administrando a Organização Melo Produtos Farmacêuticos, então a segunda maior distribuidora de medicamentos do Centro-Oeste. A mudança de controle do Teuto teve uma coincidência curiosa: pela segunda vez era um representante seu que o comprava.

Logo Walterci de Melo percebeu que o Teuto detinha uma marca muito forte e que precisava aproveitar melhor esse aspecto, investindo em novos equipamentos, renovando a linha de produtos, melhorando as embalagens e dando maior agressividade à gestão comercial. Como forma de apressar o passo, o Teuto admitiu outros sócios, que mais tarde se desligaram. O plano traçado para a empresa estava dando os resultados esperados, mas Walterci passou a alimentar a idéia de transferir a sua sede para Goiás como forma de proporcionar maior unidade às atividades do grupo, então constituído da distribuidora, de uma empresa agropecuária e do próprio Teuto.

"A idéia era centralizar a administração, reduzindo os seus custos", recorda. Em 1992, o Teuto planta a sua pedra fundamental no Distrito Industrial de Anápolis, a principal cidade do interior goiano, que fica estrategicamente plantada entre a Capital Federal e Goiânia.

Em janeiro de 1993, o Teuto inaugura a sua sede de 12 mil metros quadrados de área construída, o triplo das suas instalações em Belo Horizonte.

Essa mudança foi mais uma dessas coisas que se poderia chamar de "loucura", porque deslocar uma fábrica inteira de um lugar para outro é quase uma obra de Hércules. "Tivemos que paralisar a nossa produção por dois meses", recorda-se. Outro momento difícil foi ter que dispensar cerca de 150 funcionários que trabalharam na construção do novo prédio e outros 150 que não puderam trocar de Estado. Um outro grupo de pelo menos 60 pessoas aceitou o desafio e foi embora junto com a empresa. Daí em diante, já sob o controle total de Walterci de Melo, o Teuto Brasileiro passou a viver num permanente ciclo de crescimento, de modernização e ampliação de suas instalações.

Em 1997, a sua linha de produtos já é formada por mais de 170 apresentações farmacêuticas, o seu parque industrial já é um modelo para a indústria nacional do mesmo ramo e a sua planta já ocupa cerca de 26 mil metros quadrados. Para manter o bonde firme nos trilhos do crescimento planejado, o Teuto não poupou investimento em sua nova casa. Transformou os seus 26 mil m² de área num complexo industrial que absorve tecnologia e transpira produtividade. Inspirada nos projetos dos melhores laboratórios do primeiro mundo, sua planta é o artefato mais bem acabado da moderna engenharia, que obedece às mais rigorosas normas de segurança e assepsia.

Fica fácil compreender tamanha preocupação com padrões e exigências internacionais na medida em que se fica conhecendo melhor o funcionamento de um laboratório do porte do Teuto. Diferente de muitas indústrias que fabricam produtos de consumo em massa, a fabricação de medicamentos exige procedimentos bastante meticulosos, uma vez que os parâmetros de qualidade são definidos não apenas para se atingir um diferencial mercadológico, mas, principalmente, procurando atribuir absoluta eficácia em cada medicamento.

Essa preocupação quase obsessiva com a qualidade e o rigor com a segurança começa já pela própria planta de construção do laboratório, planejada de forma a permitir fluxos contínuos e sucessivos de produção, evitando dessa forma riscos de contaminação cruzada. Mas é na área de mais de 7.000 m², onde ficam estocadas as matérias-primas, que se inicia de fato a primeira etapa do exaustivo trabalho que tem por objetivo fabricar medicamentos com o máximo de qualidade e eficácia.

Antes de entrar em linha, os insumos - a maioria deles importados de países da Europa, como Alemanha e Itália, da Ásia e da América do Norte - são inspecionados e ficam em quarentena até serem analisados pelos técnicos. Depois de aprovados, recebem um certificado e seguem para a produção.

Por terem características diferentes, o processo de produção desses medicamentos segue procedimentos também distintos, porém, o cuidado com o controle da qualidade é o mesmo para todos. Só no setor de sólidos, por exemplo, os comprimidos são submetidos a avaliações periódicas a cada 30 minutos.

Os técnicos que estão empenhados na luta diária para manter os medicamentos na órbita da perfeição ficam no Setor de Controle de Qualidade que está dividido em duas áreas distintas: o de controle microbiológico e o de controle físico-químico. Durante a fabricação, cada lote de medicamento é analisado para eliminar quaisquer riscos de contaminação e avaliar suas condições de dissolubilidade e absorção.

Para simular uma situação real de uso, eles são submetidos a condições idênticas às que vão enfrentar quando estiverem no organismo humano. Controle de qualidade no Teuto é levado tão a sério que, mesmo depois de embalados, os medicamentos são checados novamente para se saber se estão de acordo com o padrão GMP (Good Manufacturing Production) de qualidade. Só depois disso é que eles seguem para o consumidor.

Para um laboratório, controlar as condições ambientais de temperatura e umidade nas áreas de trabalho é algo tão importante e necessário que o Teuto foi buscar na Europa equipamentos de última geração para climatizar as suas áreas internas. Um sistema totalmente automatizado submete o ar a uma série de filtros e lavadores onde todas as partículas são retiradas, assegurando pureza e assepsia total no manuseio dos frascos e ampolas onde serão acondicionados os medicamentos.

Se no Teuto o ar recebe tratamento vip, a água que serve ao laboratório não é menos bem tratada. Para chegar ao padrão ideal recomendável para a fabricação dos injetáveis, líquidos orais e medicamentos semi-sólidos, a água também passa por uma poderosa bateria de filtros que lhe retiram todos os seus minerais. Desmineralizada, ela sofre um processo conhecido como osmose reversa, que elimina eventuais microorganismos, passando por uma nova e definitiva filtragem. O Teuto está dividido basicamente em 7 setores.

O setor de sólidos, que compreende os comprimidos, as drágeas e as cápsulas. O de semi-sólidos, responsável pela fabricação de pomadas e cremes diversos, o de líquidos orais, o de injetáveis, o de antibióticos, o de controle de qualidade e o setor de desenvolvimento farmacotécnico.

Outro exemplo do rigor que envolve a fabricação dos produtos no laboratório está no setor de injetáveis, onde até a entrada e saída de funcionários é precedida de um ritual que inclui troca de roupas especiais e passagem por câmaras assépticas. Lá, a pureza do ar é tão importante que recebe uma classificação internacional chamada Classe 100, que garante uma área absolutamente limpa, em perfeitas condições para a fabricação desse tipo de medicamento.

Só neste setor, entre 95 e 96, o Teuto , investiu milhões de dólares em equipamentos e formação de mão-de-obra especializada. O resultado não poderia ser mais gratificante: a automação vem substituindo muitos dos atuais processos manuais de produção, impulsionando os índices de produtividade do setor e tornando-o uma orgulhosa referência tecnológica para os demais laboratórios do país.

Até por uma questão de princípio empresarial o Teuto investe sistematicamente na renovação de seu parque industrial e na absorção de tecnologia de ponta. Mas sabe que sem o talento e o conhecimento daquela outra máquina, de carne, osso e alma, tecnologia é nada. Para o Teuto, a especialização, o treinamento e a reciclagem profissional dos seus colaboradores é algo tão importante que mereceu até a criação de núcleos de treinamento básico e avançado, dentro do próprio laboratório.

Através de cursos intensivos, os funcionários aprendem novas técnicas de trabalho e recebem referencial teórico para acompanhar as constantes mudanças tecnológicas, adquirindo maior motivação para o trabalho e melhorando os índices de produtividade. Considerando matéria-prima nobre, os funcionários do Teuto desfrutam de benefícios que para uma boa parte da massa de trabalhadores ainda significa privilégios: transporte gratuito, cesta básica, assistência médico-odontológica e ambulatorial, seguro de vida, restaurante, área de lazer e convênios que facilitam as suas vidas.

Por fim, é possível observar o resumo das demonstrações financeiros do Laboratórios Teuto S.A., conforme o Anexo VII ao presente Prospecto.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO

Destacamos abaixo um sumário descrevendo os principais contratos firmados pelo **FUNDO**.

CONTRATO DE CESSÃO

É o principal contrato celebrado pelo Fundo, celebrado por este por meio de seu Administrador, e a Cedente, para a aquisição de Direitos Creditórios. A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos Creditórios, sem direito de regresso contra o a Cedente, da plena titularidade dos

Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

CONTRATO DE COBRANÇA E DEPÓSITO

É o contrato celebrado entre o Fundo, o Administrador e a Cedente para a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos e o depósito dos Documentos Comprobatórios.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

DATA DE INÍCIO DA DISTRIBUIÇÃO: quando da publicação do anúncio de início de distribuição das quotas do Fundo.

DATA DE TÉRMINO/RESULTADO DA DISTRIBUIÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição das quotas do Fundo.

FORMA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA: via WEB, por meio do endereço eletrônico www.santander.com.br e publicação no jornal Gazeta Mercantil.

SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO:

A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da presente Instrução ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A CVM deverá proceder à suspensão da oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da oferta e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do contrato de distribuição importará no cancelamento do registro.

O Administrador do Fundo deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida aos valores mobiliários ofertados, na forma e condições do presente Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima.

ALTERAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA: Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos do Fundo e inerentes à própria oferta, será solicitada à CVM a alteração ou revogação da oferta de distribuição pública de quotas do Fundo.

A alteração e/ou revogação da oferta de distribuição de Quotas do Fundo será imediatamente comunicada aos investidores através de correio eletrônico e publicação no jornal Gazeta Mercantil.

O investidor deverá comunicar a sua discordância com a alteração da oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da alteração da oferta, sendo que o silêncio do investidor será considerado como aceitação da alteração da oferta. O investidor que manifestar sua discordância em relação à alteração da oferta será restituído dos valores investidos no Fundo, na forma e no prazo a serem informados no anúncio de alteração da oferta.

A revogação da oferta acarretará a restituição ao investidor da quantia aplicada no Fundo, a qual se dará na forma e no prazo informado no anúncio de revogação da oferta.

DIREITOS CREDITÓRIOS

CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

| Identificação do Faturamento Líquido Sujeito à Securitização (FLS) | | |
|--|--|------|
| Período: Jan/04-Nov/07 | | |
| Descrição | Somatório do Valor dos Títulos (Em R\$ mil) | (%) |
| Total do Faturamento Líquido | 584.267 | 100% |
| Total do Faturamento Líquido Não Sujeito à Securitização | 89.979 | 15% |
| Total do FLS | 494.288 | 85% |
| Fonte de Dados: Laboratório Teuto Brasileiro S.A. | | |

| Apresentação da Carteira de Recebíveis | | | | |
|--|--|------|-----------------------|------|
| Distribuição do Volume e da Quantidade de Títulos no Período | | | | |
| Período | Somatório do Valor dos Títulos (Em R\$ mil) | (%) | Quantidade de Títulos | (%) |
| jan/04 | 6.482 | 1,3% | 2.682 | 1,3% |
| fev/04 | 7.238 | 1,5% | 3.080 | 1,5% |
| mar/04 | 10.072 | 2,0% | 4.401 | 2,1% |
| abr/04 | 8.773 | 1,8% | 3.733 | 1,8% |
| mai/04 | 9.146 | 1,9% | 4.302 | 2,0% |
| jun/04 | 9.797 | 2,0% | 4.417 | 2,1% |
| jul/04 | 10.009 | 2,0% | 4.450 | 2,1% |
| ago/04 | 12.711 | 2,6% | 5.087 | 2,4% |
| set/04 | 9.006 | 1,8% | 3.867 | 1,8% |
| out/04 | 7.116 | 1,4% | 3.249 | 1,5% |
| nov/04 | 8.888 | 1,8% | 3.400 | 1,6% |
| dez/04 | 8.077 | 1,6% | 2.638 | 1,2% |
| jan/05 | 7.956 | 1,6% | 2.594 | 1,2% |
| fev/05 | 6.978 | 1,4% | 3.658 | 1,7% |
| mar/05 | 9.673 | 2,0% | 3.684 | 1,7% |
| abr/05 | 10.399 | 2,1% | 3.870 | 1,8% |
| mai/05 | 9.111 | 1,8% | 4.024 | 1,9% |
| jun/05 | 9.991 | 2,0% | 3.559 | 1,7% |
| jul/05 | 10.051 | 2,0% | 3.367 | 1,6% |
| ago/05 | 9.497 | 1,9% | 3.029 | 1,4% |
| set/05 | 11.635 | 2,4% | 3.442 | 1,6% |
| out/05 | 8.605 | 1,7% | 3.267 | 1,5% |
| nov/05 | 9.537 | 1,9% | 2.662 | 1,3% |

| | | | | |
|--------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| dez/05 | 7.674 | 1,6% | 2.295 | 1,1% |
| jan/06 | 8.579 | 1,7% | 3.543 | 1,7% |
| fev/06 | 9.129 | 1,8% | 3.288 | 1,6% |
| mar/06 | 11.170 | 2,3% | 3.463 | 1,6% |
| abr/06 | 9.976 | 2,0% | 3.983 | 1,9% |
| mai/06 | 16.417 | 3,3% | 6.346 | 3,0% |
| jun/06 | 13.851 | 2,8% | 5.431 | 2,6% |
| jul/06 | 12.544 | 2,5% | 6.007 | 2,8% |
| ago/06 | 15.111 | 3,1% | 7.100 | 3,3% |
| set/06 | 12.492 | 2,5% | 5.368 | 2,5% |
| out/06 | 14.192 | 2,9% | 5.910 | 2,8% |
| nov/06 | 15.104 | 3,1% | 6.591 | 3,1% |
| dez/06 | 11.856 | 2,4% | 6.350 | 3,0% |
| jan/07 | 13.038 | 2,6% | 8.107 | 3,8% |
| fev/07 | 13.195 | 2,7% | 7.196 | 3,4% |
| mar/07 | 14.111 | 2,9% | 7.076 | 3,3% |
| abr/07 | 9.382 | 1,9% | 4.435 | 2,1% |
| mai/07 | 11.449 | 2,3% | 5.396 | 2,5% |
| jun/07 | 12.059 | 2,4% | 6.402 | 3,0% |
| jul/07 | 10.516 | 2,1% | 6.532 | 3,1% |
| ago/07 | 12.844 | 2,6% | 5.522 | 2,6% |
| set/07 | 11.124 | 2,3% | 5.306 | 2,5% |
| out/07 | 7.980 | 1,6% | 4.598 | 2,2% |
| nov/07 | 9.749 | 2,0% | 3.292 | 1,6% |
| Total | 494.290 | 100% | 211.999 | 100% |

Fonte de Dados: Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.)

Ticket Médio

| Período | Ticket Médio dos Títulos (Em R\$) |
|----------------|--|
| jan/04 | 2.417 |
| fev/04 | 2.350 |
| mar/04 | 2.288 |
| abr/04 | 2.350 |
| mai/04 | 2.126 |
| jun/04 | 2.218 |
| jul/04 | 2.249 |
| ago/04 | 2.499 |
| set/04 | 2.329 |
| out/04 | 2.190 |
| nov/04 | 2.614 |
| dez/04 | 3.062 |
| jan/05 | 3.067 |
| fev/05 | 1.907 |
| mar/05 | 2.626 |
| abr/05 | 2.687 |
| mai/05 | 2.264 |
| jun/05 | 2.807 |

| | |
|--------|-------|
| jul/05 | 2.985 |
| ago/05 | 3.135 |
| set/05 | 3.380 |
| out/05 | 2.634 |
| nov/05 | 3.583 |
| dez/05 | 3.344 |
| jan/06 | 2.421 |
| fev/06 | 2.776 |
| mar/06 | 3.226 |
| abr/06 | 2.505 |
| mai/06 | 2.587 |
| jun/06 | 2.550 |
| jul/06 | 2.088 |
| ago/06 | 2.128 |
| set/06 | 2.327 |
| out/06 | 2.401 |
| nov/06 | 2.292 |
| dez/06 | 1.867 |
| jan/07 | 1.608 |
| fev/07 | 1.834 |
| mar/07 | 1.994 |
| abr/07 | 2.115 |
| mai/07 | 2.122 |
| jun/07 | 1.884 |
| jul/07 | 1.610 |
| ago/07 | 2.326 |
| set/07 | 2.096 |
| out/07 | 1.747 |
| nov/07 | 2.961 |
| Média | 2.438 |

Fonte de Dados: Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLENTOS, PERDAS OU PRÉ-PAGAMENTO

Informações Estatísticas sobre o Inadimplemento dos Direitos Creditórios

| Performance da Carteira de Recebíveis (em %) | | | | | |
|--|--------------------------|---------------|----------------|----------------|---|
| Período | Títulos Liquidados | | | | Títulos Não Liquidados (1) e (2) |
| | Em Até 5 dias do Vencido | Atrasos | | | |
| | | Entre 6-30 dc | Entre 31-60 dc | Acima de 60 dc | |
| jan/04 | 95% | 4% | 0,5% | 0,31% | 0,00% |
| fev/04 | 94% | 4% | 0,2% | 2,21% | 0,01% |
| mar/04 | 93% | 5% | 1,0% | 1,09% | 0,00% |
| abr/04 | 92% | 6% | 0,6% | 1,11% | 0,01% |
| mai/04 | 93% | 4% | 0,6% | 1,96% | 0,88% |
| jun/04 | 91% | 8% | 0,4% | 0,60% | 0,05% |
| jul/04 | 94% | 5% | 0,3% | 0,68% | 0,01% |
| ago/04 | 94% | 5% | 0,5% | 0,27% | 0,03% |

| | | | | | |
|--|------------|-----------|-----------|-------------|--------------|
| set/04 | 93% | 5% | 1,4% | 0,78% | 0,14% |
| out/04 | 89% | 9% | 0,8% | 0,76% | 0,07% |
| nov/04 | 87% | 8% | 0,1% | 3,37% | 1,60% |
| dez/04 | 92% | 6% | 1,5% | 0,37% | 0,01% |
| jan/05 | 85% | 12% | 3,0% | 0,73% | 0,00% |
| fev/05 | 89% | 7% | 2,1% | 1,45% | 0,48% |
| mar/05 | 87% | 10% | 0,8% | 1,35% | 0,52% |
| abr/05 | 84% | 10% | 0,4% | 4,93% | 0,69% |
| mai/05 | 85% | 10% | 0,7% | 4,25% | 0,03% |
| jun/05 | 89% | 9% | 1,2% | 0,90% | 0,22% |
| jul/05 | 89% | 9% | 0,9% | 0,94% | 0,44% |
| ago/05 | 88% | 8% | 0,8% | 2,78% | 0,04% |
| set/05 | 88% | 8% | 1,5% | 1,88% | 0,74% |
| out/05 | 83% | 13% | 0,9% | 2,49% | 0,18% |
| nov/05 | 73% | 13% | 12,1% | 1,92% | 0,01% |
| dez/05 | 76% | 20% | 1,8% | 2,60% | 0,00% |
| jan/06 | 83% | 10% | 5,2% | 1,15% | 0,33% |
| fev/06 | 82% | 14% | 2,3% | 1,01% | 0,38% |
| mar/06 | 85% | 7% | 2,8% | 0,57% | 0,10% |
| abr/06 | 87% | 8% | 2,0% | 2,42% | 0,07% |
| mai/06 | 79% | 16% | 3,5% | 1,56% | 0,54% |
| jun/06 | 77% | 14% | 6,2% | 4,49% | 0,77% |
| jul/06 | 77% | 16% | 3,7% | 0,45% | 0,02% |
| ago/06 | 80% | 13% | 3,5% | 3,04% | 0,02% |
| set/06 | 84% | 9% | 2,6% | 3,23% | 0,17% |
| out/06 | 86% | 11% | 5,0% | 0,63% | 0,16% |
| nov/06 | 87% | 7% | 1,8% | 0,74% | 0,58% |
| dez/06 | 92% | 5% | 0,4% | 0,01% | 1,48% |
| jan/07 | 91% | 4% | 0,1% | 0,01% | 4,06% |
| fev/07 | 89% | 3% | 0,05% | 0,00% | 7,72% |
| mar/07 | 86% | 3% | 0,00% | 0,00% | 11,14% |
| abr/07 | 93% | 4% | 1,05% | 1,55% | 0,10% |
| mai/07 | 94% | 4% | 1,03% | 0,70% | 0,03% |
| jun/07 | 93% | 6% | 0,37% | 0,39% | 0,03% |
| jul/07 | 89% | 10% | 0,95% | 0,03% | 0,02% |
| ago/07 | 94% | 5% | 0,18% | 0,00% | 0,03% |
| set/07 | 95% | 4% | 0,18% | 0,16% | 0,60% |
| out/07 | 89% | 6% | 0,16% | 0,00% | 5,24% |
| nov/07 | 94% | 3% | 0,03% | 0,00% | 3,13% |
| Média | 88% | 8% | 2% | 1,3% | 0,91% |
| Desvio Padrão | 6% | 4% | 2% | 1% | 2% |
| (1) Posição de Títulos não liquidados do período de jan/04 a abr/07, atualizados até mai/07. | | | | | |
| (2) Posição de Títulos não liquidados do período de abr/07 a nov/07, atualizados até nov/07. | | | | | |
| Fonte de Dados: Laboratório Teuto Brasileiro S.A. | | | | | |

DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO

| DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO DA 1ª SÉRIE | |
|---|--------------------|
| 1) Percentagem em relação ao valor total de quotas Seniores | 2,46% |
| 2) Comissão de Colocação | não há |
| 3) Outras Comissões (especificar): | não há |
| 4) Custo Unitário de Distribuição: | R\$ 12,31 |
| 5) Despesas decorrentes dos Registros: Registro CVM e Registro CRTD | R\$ 91.870 |
| 6) Anúncios de Início e Encerramento de Distribuição | R\$ 10.000 |
| 7) Outros custos relacionados: | R\$ 431.209 |
| a) Estruturação | R\$ 300.000 |
| b) Assessoria Jurídica | R\$43.583 |
| c) Classificação inicial de Rating | R\$ 44.455 |
| d) Auditoria dos Recebíveis | R\$ 43.171 |
| Total | R\$ 523.079 |

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSES

As partes envolvidas com a estruturação do **FUNDO** e/ou com a oferta são sociedades individualizadas e distintas e não pertencem a um mesmo grupo econômico.

Na data deste Prospecto, as partes envolvidas não mantêm ou mantinham qualquer relacionamento comercial diverso daquele relacionado à estruturação do **FUNDO**.

O **ADMINISTRADOR** é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição de quotas seniores do **FUNDO**.

ATENDIMENTO AO QUOTISTA

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do Fundo, potenciais investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento e e-mail:

Endereço: Rua Hungria, 1400 – 4ªA

Telefone: (11) 3012-25779

Fax: (11) 3012-7371

E-mail: custodia-qualificada@santander.com.br

FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

ANEXO I – INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

Instrumento Particular de Constituição do

TEUTO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS

Pelo presente instrumento particular, o **BANCO SANTANDER S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, n.º 474, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 90.400.888/0001-42 ("Administrador"), nos termos da legislação e regulamentação vigentes, resolve:

1. Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios nos termos da Instrução CVM n.º 356/01, conforme alterada, em regime de condomínio fechado, que será denominado **TEUTO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS** ("Fundo");
2. Aprovar o regulamento do Fundo, o qual é parte integrante do presente instrumento particular de constituição como Anexo I;
3. Assumir as funções relacionadas à administração e gestão do Fundo e à custódia qualificada e controle dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo ("Carteira"), de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM n.º 356/01, bem como as atividades de escrituração das quotas do Fundo; e
4. Submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao funcionamento do Fundo e à distribuição pública das Quotas.

Estando assim deliberada a constituição do Fundo, vai a presente assinada em 6 (seis) vias de igual teor e forma.

BANCO SANTANDER S.A.

ANEXO II – REGULAMENTO

REGULAMENTO DO TEUTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS

CNPJ/MF N.º 09.128.053/0001-67

CAPÍTULO I

DO FUNDO

Artigo 1º - O TEUTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS ("Fundo") é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis.

Parágrafo Único: Para os fins deste Regulamento e seus Anexos, os termos e expressões neles não definidos terão o significado que lhes é atribuído no Glossário, Anexo I deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

Artigo 2º - O Fundo possuirá classes de quotas subordinada e senior, sendo que poderá apresentar séries de quotas seniores com prazos de duração, valores de amortização, resgate e remuneração diferentes.

Parágrafo Único: É admitida a amortização de Quotas, nos termos do Suplemento da respectiva série de quotas, deste Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

Artigo 3º - O público-alvo do Fundo são pessoas físicas ou jurídicas, investidores qualificados, assim definidos pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em vigor, bem como fundos de investimento também destinados a Investidores qualificados que, de acordo com a legislação em vigor e seus respectivos regulamentos, permitam esta modalidade de aplicação em suas políticas de investimento, a exclusivo critério do Administrador, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos quotistas.

Parágrafo Único: As classes e séries de cotas destinadas a colocação pública deverão contar com classificação realizada por agência de classificação de risco em funcionamento no País, que será realizada necessariamente por uma das seguintes agências: Standard&Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina.

CAPÍTULO II

DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 4º - O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, sendo certo que seu início se dará na 1ª Data de Emissão e integralização de Quotas.

Parágrafo Único: O prazo de duração, valores de amortização, resgate e remuneração de cada série "n" de quotas seniores estão previstas em seus respectivos Suplementos, anexos a este Regulamento.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO E DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

Artigo 5º - O Fundo é administrado e gerido pelo Administrador.

Parágrafo 1º: A custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo e a controladoria de Ativos e Passivos do Fundo, sem prejuízo das atividades previstas no artigo 38 da Instrução CVM 356 também serão realizadas pelo Administrador, observado ainda o disposto nos Parágrafos abaixo.

Parágrafo 2º: O Administrador, em nome do Fundo, nomeou a Cedente como sua mandatária, por todo o prazo de vigência dos Contratos de Cessão de ativos a integrar a carteira do Fundo, para proceder à cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Cobrança.

Parágrafo 3º: A Cedente, às suas expensas, obriga-se, ainda, em caráter irrevogável e irretratável, a manter-se, nos termos da legislação vigente, como Depositária Fiel dos Documentos Comprobatórios e demais documentos que servem de lastro para o Direitos Creditórios selecionados pelo Administrador e adquiridos pelo Fundo, mantendo os mesmos sob sua custódia, atualizados e em perfeita ordem, responsabilizando-se inclusive por sua guarda e registro, em nome do Fundo, até o pagamento integral dos Direitos Creditórios.

Parágrafo 4º: O Administrador, a empresa responsável pela Auditoria do Fundo, a agência classificadora de riscos contratadas pelo Fundo, os órgãos reguladores ou terceiros por eles contratados terão acesso irrestrito aos Documentos Comprobatórios, podendo, a qualquer tempo, mas desde que nos horários normais de funcionamento da Cedente, sem nenhum custo adicional, consultar ou retirar os Documentos Comprobatórios e realizar diligências, com o objetivo de verificar o cumprimento, pela Cedente de suas respectivas obrigações de fiel depositário, nos termos do parágrafo terceiro acima.

Parágrafo 5º: A Cedente obriga-se, também, a disponibilizar ou, conforme o caso, permitir à empresa responsável pela Auditoria do Fundo, agência classificadora de riscos contratadas pelo Fundo e órgãos reguladores, o acesso aos documentos e/ou suas dependências, para fins de realização da checagem dos lastros e demais documentos relacionados aos Direitos Creditórios, conforme definido na Instrução CVM 356.

Artigo 6º - O Administrador deverá exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o Fundo, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e do fundo, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida, e respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral, e (ii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos dos mesmos.

Parágrafo Único: O Administrador, observadas as limitações deste Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios, Ativos Financeiros.

Artigo 7º - O Administrador, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista ou por meio de correio eletrônico, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato e com antecedência mínima de 10 (dez) dias, Assembleia Geral de quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM 356.

Parágrafo 1º: Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

Parágrafo 2º: Na hipótese de deliberação pela assembleia geral da liquidação do Fundo, o Administrador se obriga a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

Parágrafo 3º: Na hipótese de deliberação pela assembleia geral da substituição do Administrador, o mesmo se obriga a permanecer no exercício regular de suas funções pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo 4º: O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da realização da respectiva Assembleia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações do Administrador, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 8º - No caso de Regime de Administração Especial Temporária, nos termos do Decreto-Lei 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, intervenção ou liquidação extrajudicial do Administrador, deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral de quotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de quotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição do Administrador, no exercício das funções de administração do Fundo; ou b) pela liquidação antecipada do Fundo.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Artigo 9º - São, dentre outras previstas neste Regulamento e na legislação aplicável, obrigações do Administrador, observado ainda o disposto no Parágrafo Único:

I – manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do Fundo;
- b) o registro dos condôminos;
- c) o livro de atas de assembleias gerais;
- d) o livro de presença de condôminos;
- e) o prospecto do Fundo, quando aplicável;
- f) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
- h) os relatórios do auditor independente;

II – receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;

III – entregar ao condômino, gratuitamente, exemplar do regulamento do Fundo, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV – divulgar, na periodicidade prevista no regulamento do Fundo, no periódico referido no inciso anterior ou através de entidades de classe de Instituições do Sistema Financeiro Nacional, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo;

V – custear as despesas de propaganda do Fundo;

VI – fornecer anualmente aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII – sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas nesta instrução, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a mesma e o Fundo;

VIII – providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

IX - assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo, evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado;

X – assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo verifique se os relatórios elaborados pelo Cedente estão evidenciando (a) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo cedente, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período, se for o caso; e (b) os resultados da verificação do lastro por amostragem ou não, realizada no trimestre anterior pelo cedente, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.

XI - proceder à contratação dos serviços da Agência de Classificação de Risco e da Empresa de Auditoria, e à celebração do Contrato de Cessão;

XII - executar serviços que incluam, dentre outras obrigações, (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;

XIII - fazer a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:

- (i) extratos da Conta Corrente do Fundo;
- (ii) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e
- (iii) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;

XIV - informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco:

- (i) a substituição do Administrador ou da Empresa de Auditoria;
- (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Liquidação; e
- (iii) a celebração de aditamentos ao Regulamento ou ao Contrato de Cessão;

XV - disponibilizar, mediante solicitação, as demonstrações financeiras trimestrais do Fundo à Agência de Classificação de Risco; e

XVI - providenciar o registro do Regulamento e de seus eventuais aditamentos.

Parágrafo Único: Tendo em vista disposto no parágrafo quarto do artigo 5º do presente Regulamento, fica o Cedente responsável pela observância ao disposto nos itens X e XIII, sub item (ii).

Artigo 10 - É vedado ao Administrador, em nome próprio:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações em mercados de derivativos;

- b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único: As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do Administrador, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Artigo 11 - É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste regulamento;
- III – aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV – adquirir cotas do próprio Fundo;
- V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste regulamento;
- VI – vender cotas do fundo a prestação;
- VII – vender cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- VIII – prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- X – delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;
- XI – obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.
- XIII - emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.
- XIV - criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros.

Parágrafo Único: O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado, e que os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Administrador, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período, se for o caso e os resultados da verificação do lastro por amostragem ou não, realizada no trimestre anterior pelo Administrador, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.

Artigo 12 – Observado o disposto no parágrafo único do artigo 9º acima, o Administrador é responsável pelas seguintes atividades:

- I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados pelos Documentos Representativos de Crédito;
- II - validar os direitos creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente e órgãos reguladores; e
- VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

Parágrafo 1º: O Administrador deverá contratar a Cedente para efetuar a guarda dos Documentos Representativos do Crédito referentes aos Direitos Creditórios, de acordo com o disposto no Contrato de Depositário Fiel a ser celebrado entre o Administrador, o Fundo e a Cedente.

Parágrafo 2º: A contratação, pelo Administrador, da Cedente não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle, pela Cedente, sobre os Direitos Creditórios, tampouco eximirá o Administrador de suas obrigações de custódia previstas na regulamentação em vigor.

Parágrafo 3º: Em decorrência da diversificação de devedores e do volume de créditos cedidos, o Administrador e/ou Auditor contratado pelo Fundo verificarão, trimestralmente, o lastro dos Direitos Creditórios por amostragem. Independentemente do disposto neste parágrafo, o Administrador e/ou Auditor contratado pelo Fundo poderão verificar a qualquer momento e desde que

nos horários normais de funcionamento, junto à Cedente, a existência e formalização dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento com relação à guarda e organização destes documentos, tudo nos termos do Contrato de Depositário Fiel e no disposto na legislação em relação a atividade de Custódia.

Parágrafo 4º: O Administrador e/ou Auditor contratado pelo Fundo efetuarão a verificação por amostragem referida no parágrafo terceiro acima, utilizando-se de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando ainda parâmetros em relação à diversificação de clientes, quantidade e valor médio dos direitos creditórios, intervalo de confiança de 95% e erro tolerável aceitáveis, nos termos da seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

Parágrafo 5º: O Administrador verificará, semestralmente, se os Sacados devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo possuem registro no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF – do Banco Central do Brasil, no cadastro da Centralização dos Bancos SA – SERASA – (“Serasa”) de títulos protestados por falta de pagamento ou aceite que perfaça um valor agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e/ou se estão em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar.

Parágrafo 6º: Adicionalmente ao disposto no parágrafo 5º acima, e no momento em que se verificar a existência de Direitos Creditórios vencidos e não pagos há mais de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de seus respectivos vencimentos, o Administrador verificará se os Sacados devedores dos respectivos Direitos Creditórios vencidos e não pagos possuem registro no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF – do Banco Central do Brasil, no cadastro da Centralização dos Bancos SA – SERASA – (“Serasa”) de títulos protestados por falta de pagamento ou aceite que perfaça um valor agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e/ou se estão em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar.

Parágrafo 7º: Na hipótese de o Administrador verificar a existência de qualquer apontamento relativo aos fatos indicados no parágrafo 5º e no parágrafo 6º acima, o Administrador imediatamente suspenderá a aquisição de direitos creditórios cujo Sacado possua qualquer restrição cadastral.

CAPÍTULO V

DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 13 - O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, valorização de suas Quotas por meio da aplicação preponderante do patrimônio líquido do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios de titularidade da Cedente decorrentes de operações comerciais performadas, bem como de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

Parágrafo 1º: As séries de quotas seniores do Fundo buscarão atingir rentabilidade (benchmark) prevista no Suplemento de cada série “n” de quotas seniores, nos termos do Anexo II ao Regulamento. O benchmark aplica-se somente às quotas seniores, sendo que não há benchmark predeterminado para as quotas subordinadas.

Parágrafo 2º: O Parâmetro de Rentabilidade das Quotas não representa qualquer garantia ou promessa de garantia do Fundo, do Administrador e da Cedente aos Quotistas acerca da rentabilidade de suas aplicações no Fundo.

Artigo 14 - O Fundo deverá possuir após 90 (noventa) dias da 1ª Data de Emissão e Integralização de Quotas, o mínimo 80% (oitenta por cento) e o máximo 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios.

Parágrafo 1º: O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil.

Parágrafo 2º: É vedado ao Fundo a realização de operações em mercados de derivativos.

Parágrafo 3º: Poderão atuar como contraparte nas operações realizadas pelo Fundo, direta ou indiretamente, a exclusivo critério do Administrador, quaisquer instituições que participem do mercado financeiro e de capitais, inclusive o Administrador e/ou o Gestor, fundos de investimento e carteiras administradas sob administração do Administrador e/ou sob gestão do Gestor ou de quaisquer empresas a eles ligadas.

Artigo 15 - O Fundo não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Artigo 16 - A Cedente será responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que comporão a carteira do Fundo, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do Administrador qualquer responsabilidade a esse respeito.

Artigo 17 - A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretroatável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

Artigo 18 - Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos mútuos de investimento financeiro e de fundos de aplicação em quotas de fundos mútuos de investimento.

Artigo 19 - Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

CAPÍTULO VI

DA ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Artigo 20 - Somente poderão ser objeto de cessão entre a Cedente e o Fundo para integrar sua carteira, Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, às Condições de Cessão. As Condições de Cessão serão avaliadas pelo Administrador mediante validação de declaração firmada pela Cedente de que os direitos creditórios oferecidos à cessão atendem integralmente às regras abaixo relacionadas:

I – decorram de operações de compra e venda mercantil, de titularidade da Cedente, destinadas apenas a clientes pessoa jurídica de direito privado localizados no Brasil;

II - devem estar amparados pelos respectivos Documentos Comprobatórios;

III - os Sacados devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo não deverão estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar;

IV - os Sacados devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo não deverão ter seu nome incluído no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF – do Banco Central do Brasil, na data da cessão; e

V – os Sacados devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo não deverão ter, na data da cessão, registro no cadastro da Centralização dos Bancos SA – SERASA – (“Serasa”) de títulos protestados por falta de pagamento ou aceite que perfaça um valor agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Artigo 21 - Não obstante as Condições de Cessão acima estabelecidas, os Direitos Creditórios deverão atender a certos Critérios de Elegibilidade, cujo atendimento será validado pelo Administrador. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

I - os Direitos Creditórios ofertados ao Fundo não poderão ser de Sacados devedores de Direitos Creditórios que estejam inadimplidos para com o Fundo há mais de 05 (cinco) dias úteis;

II - os Direitos Creditórios deverão ter prazo mínimo de vencimento de 7 (sete) dias contados da data de cessão e prazo máximo de vencimento de 90 (noventa) dias contados da data de cessão. Não serão aceitos Direitos Creditórios com prazo superior ao prazo da respectiva Série "n" de quotas seniores;

III – os Direitos Creditórios a serem cedidos não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento no momento da cessão para o Fundo;

IV – no momento da cessão, o total máximo de Direitos Creditórios devidos por um mesmo Sacado não poderá exceder a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido do Fundo; e

V – as negociações para a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo serão realizadas a taxas de mercado, observando-se que a taxa de desconto para a aquisição de Direitos Creditórios deve ser equivalente a, no mínimo, o benchmark da respectiva Série, acrescida ainda de 2% (dois por cento) ao ano, calculado com base no prazo de vencimento do Direito Creditório, observado o *pro rata* desse percentual em relação aos períodos inferiores ou que superarem um ano.

Artigo 22 - Na hipótese do Direito Creditório perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, não haverá direito de regresso contra o Administrador, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

CAPÍTULO VII POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS

Artigo 23 - Os procedimentos referentes ao processo de análise e concessão de crédito são desenvolvidos e monitorados pela Cedente, podendo ser sintetizados da seguinte forma:

I – análise dos Sacados tendo por base a avaliação das informações por eles enviados ao sistema cadastral da Cedente;

II – análise do histórico de pagamentos dos Sacados;

III – verificação, junto ao CCF, ao SPC e à SERASA, de alguma restrição cadastral relevante do Sacado;

IV - verificação se o perfil de risco do Sacado é compatível com os valores dos Direitos Creditórios ofertados; e

V – obrigatoriedade de que o Sacado admita a cessão de direitos creditórios a terceiros.

Artigo 24 – A cobrança bancária e coleta dos pagamentos dos Direitos Creditórios vincendos serão realizadas pelo AGENTE COBRADOR, por conta e ordem do Fundo.

Artigo 25 – A Cedente foi contratada pelo Fundo como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, conforme descrito no Contrato de Cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos observará os seguintes procedimentos:

I – A partir do dia útil seguinte ao vencimento do título, não havendo a confirmação do pagamento, a área financeira entra em contato com o cliente para apurar a razão do não-pagamento e obter informações sobre a data esperada de pagamento.

II – Se em até 5 (cinco) dias úteis após o vencimento persistir a situação de não-pagamento o título em questão é automaticamente encaminhado para protesto e o cliente terá bloqueado os seus novos pedidos.

III – São cobrados juros sobre os pagamentos em atraso.

IV - Na eventualidade de, nas etapas anteriores, não haver nenhum resultado é verificada a viabilidade da cobrança jurídica, através do Departamento Jurídico.

CAPÍTULO VIII DOS FATORES DE RISCO

Artigo 26 - Não obstante a diligência do Administrador em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o Administrador mantenham rotina e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o quotista.

Parágrafo 1º: Os recursos que constam na carteira do Fundo e os quotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos:

- (xvii) **Risco de Crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo;
- (xviii) **Risco de Liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Administrador poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o Administrador a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos quotistas do Fundo, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- (xix) **Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos quotistas.
- (xx) **Risco de Concentração:** O Administrador buscará diversificar a carteira do Fundo. O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em um único emissor de títulos, ou em direitos creditórios cujo devedor seja um único Sacado, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de crédito desse emissor ou Sacado.
- (xxi) **Risco de Concentração em uma Única Cedente:** Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão cedidos exclusivamente pelo Laboratório Teuto Brasileiro S.A., com sede na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7-D, Módulo 11 Quadra 13 – DAIA e inscrito no CNPJ/MF sob nº 17.159.229/0001-76 (“Cedente”). A aquisição de direitos creditórios originados exclusivamente pela Cedente pode comprometer a continuidade do Fundo, em função da não continuidade das operações comerciais de titularidade da Cedente e da capacidade desta originar Direitos Creditórios.
- (xxii) **Risco Relativo à Proximidade entre o Valor do Patrimônio Líquido do FUNDO e o Limite Igual ou Superior a um milhão de reais como critério de aceitação de um Sacado:** Nos termos dos parágrafos 5º, 6º e 7º do artigo 12 do Regulamento, na hipótese do Administrador verificar a existência de apontamentos relativos a registros de Sacados no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF – do Banco Central do Brasil, no cadastro da Centralização dos Bancos SA – SERASA – (“Serasa”) de títulos protestados por falta de pagamento ou aceite que perfaça um valor agregado igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e/ou se estão em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar, o Administrador suspenderá a aquisição de Direitos Creditórios destes Sacados. Este valor é próximo ao valor do patrimônio líquido da 1 Série do FUNDO, o que pode gerar um aumento no risco de crédito a que o FUNDO se sujeita.
- (xxiii) **Risco de Descasamento:** Os direitos creditórios componentes da carteira do Fundo são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo FUNDO para as quotas tem como parâmetro a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, o Administrador, sempre que possível, contratará operações de *swap* de taxas prefixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de o Administrador não conseguir contratar tais operações de *swap* ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as quotas, inclusive seniores.
- (xxiv) **Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Sacados. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os quotistas e atrasos nos pagamentos das amortizações e/ou dos regates.
- (xxv) **Riscos do Mercado Secundário:** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das quotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolve desfazer-se de suas quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de quotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta

liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

- (xxvi) **Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o Fundo recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.
- (xxvii) **Risco de Resgate das Quotas do Fundo em Direitos Creditórios:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do Fundo em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as quotas seniores poderão ser resgatadas em direitos creditórios. Nessa hipótese, os quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos Sacados;
- (xxviii) **Risco de Atraso no Pagamento do Resgate:** Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos Creditórios são classificados no ativo do Fundo como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- (xxix) **Risco de irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos Creditórios:** O Administrador realizará a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.
- (xxx) **Risco de guarda dos Documentos Representativos do Crédito pela Cedente:** Nos termos do parágrafo 1º do artigo 12 do Regulamento, a Cedente efetuará a guarda dos Documentos Representativos do Crédito, na qualidade de fiel depositária dos mesmos. Todavia, mesmo que a Cedente efetue a guarda dos Documentos Representativos do Crédito na qualidade de fiel depositária, existe a possibilidade de os mesmos serem perdidos ou extraviados. Neste caso, a perda ou extravio de qualquer dos Documentos Representativos do Crédito pode dificultar ou até inviabilizar a cobrança dos Direitos Creditórios.
- (xxxi) **Riscos Específicos do Ramo de Atuação da Cedente:** Muito embora o Brasil tenha uma legislação sobre proteção de patentes e seja um dos signatários do Acordo Sobre os Direitos da Propriedade Intelectual (TRIPS, na sigla em inglês), em situações emergenciais a legislação brasileira permite que as patentes sejam declaradas nulas. Outro fator de risco é a falsificação de medicamentos, cujo percentual é considerado elevado no Brasil, apesar de não configurar uma situação grave.
- (xxxii) **Demais Riscos:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

Parágrafo 2º: A Cedente efetuará a cessão dos Direitos Creditórios exclusivamente para o **FUNDO**. Desta forma, a Cedente não cederá Direitos Creditórios por ela originados para outros fundos de investimento em direitos creditórios em funcionamento.

Artigo 27 - As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia do Administrador, de suas Partes Relacionadas, ou do FGC.

CAPÍTULO IX

DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 28 - O Administrador cobrará taxa de administração correspondente a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, com uma taxa mínima conforme determinado abaixo:

I - Nos primeiros 12 (doze) meses de existência do Fundo a taxa de Administração mínima será de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) ao mês;

II - A partir do 13º (décimo terceiro) mês de existência a taxa de administração mínima passa a ser de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) ao mês;

III - Os valores aqui fixados em reais serão corrigidos após o período de 12 meses do início do Fundo, pelo índice IGP-M acumulado no ano anterior.

Parágrafo 1º: A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua apuração.

Parágrafo 2º: O Administrador poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada no “caput”.

Artigo 29 - O Fundo não possui taxa de ingresso, de performance e/ou taxa de saída.

Artigo 30 - Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas, as quais poderão lhe serem debitadas diretamente. (os “Encargos do Fundo”):

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- i) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- j) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco.

Parágrafo Único: Quaisquer despesas não previstas no *caput* deste Artigo como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

CAPÍTULO X DA EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E DO VALOR DAS QUOTAS

Artigo 31 - As quotas do Fundo serão de classe sênior ou subordinada, admitindo-se a emissão de séries de quotas seniores, com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares que caracteriza a qualidade de quotista. Com exceção ao disposto abaixo, os direitos e obrigações das quotas seniores e subordinadas serão idênticos.

Parágrafo 1º: Apenas as quotas seniores da Série “n” serão distribuídas nos termos do Suplemento de cada Série “n”, ao passo que as quotas subordinadas serão subscritas integralmente pela Cedente, nos termos dos Boletins de Subscrição e Integralização, sem prejuízo do disposto no Capítulo XIII abaixo.

Parágrafo 2º: As quotas seniores da Série “n” do Fundo são avaliadas por empresa classificadora de risco (de *rating*) especializada. Esta avaliação será feita periodicamente a cada trimestre, conforme disposto no artigo 3º do presente Regulamento.

Parágrafo 3º: Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das quotas seniores de cada Série “n” do Fundo, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – comunicação a cada quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico; e

II – envio a cada quotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

Parágrafo 4º: A integralização, a amortização e o resgate de quotas seniores do Fundo podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

Parágrafo 5º: Para o cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue ao Administrador quaisquer taxas ou despesas.

Parágrafo 6º: Será admitida a integralização, a amortização e o resgate de quotas subordinadas do Fundo em Direitos Creditórios.

Parágrafo 7º: Observadas as demais disposições deste Regulamento, as quotas subordinadas poderão ser amortizadas e/ou resgatadas em direitos creditórios. Em vista da CPMF, as amortizações e resgates em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a amortização e o resgate de quotas serão efetivados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, simultaneamente à compra, pelo quotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 8º: Para os fins do disposto no parágrafo sexto acima, durante a vigência da CPMF, as integralizações, amortizações e resgates em direitos creditórios devem observar os seguintes procedimentos:

I – a integralização de cotas deverá ser realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, concomitantemente à venda, pela Cedente, de direitos creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado, na forma e proporção estabelecidas no respectivo regulamento e demais disposições aplicáveis; e

II – a amortização e o resgate de cotas será efetivado por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN simultaneamente à compra, pelo cotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado, na forma e proporção estabelecidas neste Regulamento e demais disposições aplicáveis.

Artigo 32 - Na emissão de quotas seniores e subordinadas do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências. Para fins de amortização e resgate das quotas seniores e subordinadas do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor do dia do pagamento da amortização respectiva.

Parágrafo 1º: No ato da subscrição das quotas, o subscritor assinará boletim de subscrição que será autenticado pelo Administrador. Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II - quantidade e classe de quotas subscritas; e III - preço de subscrição e condições para sua integralização.

Parágrafo 2º: O valor inicial das quotas do Fundo na Data de Emissão das Cotas, será de R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais) cada.

Parágrafo 3º: Não há limite máximo de subscrição por investidor.

Parágrafo 4º: No momento da emissão das quotas seniores será constituída uma Reserva de Liquidez, equivalente a 2,5% (dois e meio por cento) do total emitido de quotas seniores, em favor do Fundo, a fim de garantir uma maior grau de liquidez para a carteira de ativos do Fundo.

I – A Reserva de Liquidez será registrada, controlada e administrada pelo Administrador.

II – Os recursos da Reserva de Liquidez serão exclusivamente alocados na aquisição dos títulos públicos indicados nas alíneas “a” e “b” do Artigo 14 deste Regulamento.

III – Os rendimentos auferidos pela aplicação dos recursos da Reserva de Liquidez serão revertidos exclusivamente ao Fundo.

Artigo 33 – Mediante deliberação e aprovação de quotistas, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das quotas emitidas, novas séries de quotas seniores do Fundo poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados neste Regulamento, especialmente os do Capítulo XIII abaixo. Assim sendo, o Fundo poderá distribuir e manter séries distintas de quotas seniores concomitantemente em circulação, com valor unitário de emissão, na 1ª data de emissão das quotas de cada Série “n”, definido no Suplemento da Série “n” de quotas seniores, e em quantidades e condições previamente estabelecidas em seu respectivo Suplemento, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356, conforme o caso.

Parágrafo 1º: Não haverá direito de preferência para os quotistas da 1ª Série do Fundo, ou para os quotistas de quaisquer das séries subseqüentes à 1ª Série, na aquisição de quotas de eventuais novas séries de quotas que possam vir a ser emitidas pelo Fundo.

Parágrafo 2º: A critério do Administrador, novas quotas subordinadas do Fundo, independentemente de aprovação dos quotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356.

Parágrafo 3º: Na emissão de quotas mencionadas no *caput*, o Administrador deverá emitir tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a Razão de Garantia do Fundo, nos termos do Capítulo XIII deste Regulamento.

Parágrafo 4º: As quotas mencionadas no *caput* deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no Boletim de Subscrição, ou no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores respectivo, se for o caso, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 20, parágrafo 1º, da Instrução 356 para a subscrição de quotas.

Parágrafo 5º: O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou o Administrador solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

Artigo 34 - Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do Fundo, amortização de quotas ou de sua liquidação.

Parágrafo 1º: Por ocasião do resgate de que trata o *caput*, o Administrador observará, no que for cabível, os procedimentos definidos neste Capítulo e no Suplemento de cada série "n" de quotas.

Parágrafo 2º: O Fundo não efetuará resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis, assim definidos como sendo também os dias de feriados de âmbito estadual e/ou municipal na sede do Administrador. Para fins do disposto neste parágrafo entende-se por dia útil aquele definido no artigo 69 deste Regulamento.

Artigo 35 - As amortizações de cada Série de quotas seniores serão realizadas nas datas de amortização definidas no respectivo Suplemento da Série "n", cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

Artigo 36 - Enquanto existirem quotas seniores em circulação, o Fundo obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia do Fundo tratada no artigo 43 deste Regulamento.

Parágrafo Único: As quotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas ao final do prazo de duração da respectiva Série "n" de quotas seniores do Fundo.

CAPÍTULO XI DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

Artigo 37 - Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Capítulo V, o Administrador deverá transferir as disponibilidades financeiras depositadas na Conta Corrente do Fundo aos titulares das Quotas, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, descritas no respectivo Suplemento da Série.

Parágrafo 1º: O Administrador efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen.

Parágrafo 2º: Os recursos depositados na Conta Corrente do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Administrador nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo 3º: Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 47, Parágrafo Quarto, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios.

CAPÍTULO XII DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 38 - Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Artigo 39 - Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 40 - Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados todo dia útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos de crédito e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira:

I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como "títulos mantidos até o vencimento". Os demais ativos deverão ser classificados na categoria "títulos para negociação";

II – os ativos que têm valor de mercado serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor, observado que:

- a) a verificação do valor de mercado dos ativos do Fundo terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos ativos do Fundo, levando em consideração volume, co-obrigação e prazo; e
- b) na precificação dos ativos deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

III - tendo em vista que não há mercado ativo de direitos de crédito cujas características sejam idênticas às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas à eventual inadimplência dos mesmos.

IV - Os Direitos Creditórios serão avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Artigo 41 - As perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das mesmas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Artigo 42 - O valor das provisões referidas no Artigo 41 acima será calculado levando-se em conta o valor total das Duplicatas a que se referem os Direitos Creditórios não adimplidos, de acordo com o disposto na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, devendo a Instituição Administradora provisionar:

- a) 40% do valor de vencimento dos Direitos Creditórios Inadimplidos no 32º (trigésimo segundo) dia corrido de atraso; e
- b) integralmente os Direitos Creditórios Inadimplidos a partir do 62º (sexagésimo segundo) dia corrido de atraso.

Parágrafo 1º: Os Direitos Creditórios em atraso após o 62º (sexagésimo segundo) dia de seu vencimento deverão ser integralmente contabilizados pelo Fundo como perda. Caso os Direitos Creditórios sejam recuperados, após o provisionamento ou contabilização como perda, os mesmos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo e o Administrador deverá: (i) reverter a previsão ou os prejuízos, conforme o caso; e (ii) informar às Empresas para que essas providenciam a reabilitação do Cliente inadimplente em seus sistemas.

Parágrafo 2º: O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios e dos demais ativos componentes da carteira do Fundo será atribuído às quotas subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedido os recursos de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade do Fundo será atribuída às quotas seniores.

Parágrafo 3º: Por outro lado, na hipótese do Fundo atingir o *benchmark* definido nas respectivas Série, de acordo com este Regulamento, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às quotas subordinadas, razão pela qual estas quotas poderão apresentar valores diferentes das quotas seniores.

Parágrafo 4º: Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

CAPÍTULO XIII

DA RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 43 - Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução 356, a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO** será de 85% (oitenta e cinco por cento). Isto quer dizer que o **FUNDO** deverá ter, no mínimo, 15% (quinze por cento) de seu patrimônio representado por quotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos quotistas do **FUNDO**, mensalmente, no *site* ou na sede do Administrador.

Artigo 44: Sem prejuízo do disposto no Capítulo XV abaixo, na hipótese de inobservância do percentual mencionado no artigo 43, acima, com quotas subordinadas representando menos que 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** serão adotados os seguintes procedimentos:

I – O Administrador imediatamente interromperá a aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis.

II - O Administrador comunicará, imediatamente, tal ocorrência à Cedente, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

- b) noticiará a inobservância do percentual mencionado no *caput* e a interrupção da aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis e solicitará à Cedente que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;
- c) informará à Cedente o número mínimo de quotas subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado no *caput*.

III – A Cedente deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso II deste parágrafo, tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e quotas seniores mencionada no *caput*.

IV - Na hipótese de o Administrador verificar que, decorrido o prazo do inciso II deste parágrafo, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo, quer em virtude da não subscrição, por parte da Cedente, de um número de quotas subordinadas suficientes para atender ao disposto no *caput* deste artigo quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre:

- a) providências a serem tomadas pelo Administrador;
- b) substituição do Administrador no exercício das funções em relação ao Fundo; e/ou
- c) pela liquidação antecipada do Fundo.

Parágrafo Único: Em razão do disposto no *caput* do Artigo 43 acima, o Administrador poderá providenciar a emissão de quotas subordinadas do Fundo a qualquer tempo, a fim de restabelecer a relação patrimonial prevista no aludido artigo, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto no Capítulo X deste Regulamento.

CAPÍTULO XIV DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 45 - Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá ao Administrador convocar uma Assembleia Geral de Quotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pelo Administrador, delibere sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos dos Quotistas:

I - inobservância pelo Administrador de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo IV deste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, operacionalizada pelo Administrador;

II - renúncia do Administrador do Fundo;

III - inobservância pelo Administrador de seus deveres e obrigações previstos no Capítulo IV deste Regulamento, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;

IV - aquisição reiterada, pelo Administrador, de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Capítulo VI deste Regulamento;

V - rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série de quotas do Fundo em um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

VI - não subscrição, por qualquer motivo, pela Cedente, uma vez decorrido o prazo de que trata o artigo 44, inciso II, alínea "a" acima, de tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia;

VII – na hipótese da Razão de Garantia for inferior a 14% por um prazo superior a 05 (cinco) dias úteis;

VIII - inobservância pelas Cedentes de seus deveres e obrigações previstos no Contrato de Cobrança e Depósito, desde que, se notificadas pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, a Cedente não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação;

IX - não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das quotas seniores;

X - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Quotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;

XI - ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão;

XII – na hipótese da Cedente apresentar títulos vencidos e protestados que perfaçam um valor agregado superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo 1º: A cada Data de Verificação de Pagamento (DVP), ou seja, no 10º (décimo) dia útil de cada mês, o Administrador deverá calcular o desempenho da carteira dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos até tal DVP, conforme indicado abaixo:

- i) caso a média móvel simples de 3 (três) meses do índice de inadimplência de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias seja superior a 12% (doze por cento) - definido este índice de inadimplência como sendo o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos, no último dia útil do mês anterior a tal DVP, entre 15 (quinze) a 30 (trinta) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vencidos no mês anterior a tal DVP - o Fundo não poderá adquirir mais Direitos

Creditórios até o restabelecimento do referido índice; caso tal limite seja atingido por 2 (dois) meses consecutivos o Administrador deverá declarar a ocorrência de um Evento de Avaliação;

- ii) caso a média móvel simples de 3 (três) meses do índice de inadimplência de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias seja superior a 8% (oito por cento) - definido este índice de inadimplência como sendo o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos, no último dia útil do mês anterior a tal DVP, entre 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vencidos no mês anterior a tal DVP - o Fundo não poderá adquirir mais Direitos Creditórios até o restabelecimento do referido índice; caso tal limite seja atingido por 2 (dois) meses consecutivos o Administrador deverá declarar a ocorrência de um Evento de Avaliação; e
- iii) caso a média móvel simples de 3 (três) meses do índice de inadimplência de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias seja superior a 5% (cinco por cento) - definido este índice de inadimplência como sendo o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos, no último dia útil do mês anterior a tal DVP, entre 61 (sessenta e um) e 90 (noventa) dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vencidos no mês anterior a tal DVP - o Fundo não poderá adquirir mais Direitos Creditórios até o restabelecimento do referido índice; caso tal limite seja atingido por 2 (dois) meses consecutivos o Administrador deverá declarar a ocorrência de um Evento de Avaliação.

Parágrafo 2º: Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador suspenderá imediatamente a aquisição de Direitos Creditórios e o pagamento pela amortização de quotas subordinadas ainda em aberto, se houver. Concomitantemente, o Administrador deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do Fundo. Caso a Assembléia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, o Administrador deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 44, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

CAPÍTULO XV

DOS EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO DAS COTAS E DO FUNDO

Artigo 46 - Cada Série "n" de quotas seniores do Fundo será liquidada por ocasião do término do seu prazo de duração.

Artigo 47: O Fundo será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

- I - por deliberação de assembléia geral de quotistas, conforme o Artigo 52 deste Regulamento;
- II - se o Fundo mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- III - caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- IV - caso o Contrato de Cessão, o Contrato de Custódia e/ou o Contrato de Depósito e Cobrança sejam, por qualquer motivo, resiliados;
- V - se houver amortização de quotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- VI - impossibilidade do Fundo adquirir direitos de crédito admitidos por sua política de investimentos;
- VII - se houver decretação de falência, decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou Regime Especial de Administração Temporária - RAET da Cedente;
- VIII - caso o Índice de Inadimplência entre 15 (quinze) e 30 (trinta) dias, conforme definido no parágrafo primeiro do Artigo 45, exceda por uma única vez a 15% (quinze por cento);
- IX - caso o Índice de Inadimplência entre 31 (trinta e um) e 60 (sessenta) dias, conforme definido no parágrafo primeiro do Artigo 45, exceda por uma única vez a 12,5% (doze e meio por cento); e
- X - caso o Índice de Inadimplência entre 61 (sessenta e um) e 90 (noventa) dias, conforme definido no parágrafo primeiro do Artigo 45, exceda por uma única vez a 10% (dez por cento).

Parágrafo 1º: Os índices de inadimplência relacionados nos incisos VIII, IX e X do "caput", serão calculados pelo Administrador no 10º (décimo) dia útil do mês calendário.

Parágrafo 2º: Nas hipóteses do inciso I do *caput* deste Artigo, se a decisão Assembléia Geral for a de não liquidação do Fundo, fica desde já assegurado o resgate das quotas seniores dos quotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Parágrafo 3º: Na liquidação antecipada do Fundo, não havendo a disponibilidade de recursos, os quotistas do Fundo poderão receber Direitos Creditórios constantes da carteira do Fundo, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Parágrafo 4º: Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos direitos de crédito e dos ativos financeiros para fins de pagamento de resgate das quotas, os direitos de crédito e os ativos financeiros serão dados em pagamento aos quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada quotista será calculada de acordo com a proporção de quotas detida por cada titular sobre o valor total das quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, o Administrador estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

Parágrafo 5º: O Administrador deverá notificar os quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de direitos de crédito e ativos financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de direitos de crédito e ativos financeiros a que cada quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os quotistas após a constituição do referido condomínio.

Parágrafo 6º: Caso os titulares das quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de quotas seniores que detenha a maioria das quotas seniores em circulação.

Artigo 48: Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá i) notificar os Quotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de direitos de crédito; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de quotas do Fundo. O Administrador deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos quotistas dissidentes de que trata o Parágrafo Segundo do artigo 47 supra.

Artigo 49: Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de quotas seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 40 deste Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das quotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das quotas seniores, será pago aos titulares de quotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de quotas de cada titular, observando-se:

I - os quotistas poderão receber tal pagamento em direitos de crédito, nos termos do Parágrafo Quarto do artigo 47, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 41, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, e;

II – que o Administrador poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos de crédito de titularidade do Fundo, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 40, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do Fundo, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das quotas seniores e quotas subordinadas.

Artigo 50: A liquidação do Fundo será gerida pelo Administrador, observando: i) as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral, e; ii) que cada quota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais quotas de mesma classe.

Artigo 51: Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares de quotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas seniores.

CAPÍTULO XVI

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 52: Será de competência privativa da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o regulamento do Fundo, inclusive para prorrogar o prazo de duração da Série “n” de quotas sênior do Fundo;

III - deliberar sobre a substituição do Administrador;

IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pelo Administrador, se for o caso, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;

VI - eleger e destituir eventual(is) representante(s) dos Quotistas nomeado(s);

VII - deliberar sobre a liquidação do Fundo;

VIII - alterar os critérios para apuração do valor das quotas;

IX - deliberar sobre a emissão de novas quotas, com exceção do disposto no artigo 43;

X - deliberar sobre a amortização parcial das quotas;

XI - deliberar sobre a liquidação antecipada das quotas, hipótese em que necessariamente será antecipado o prazo de vencimento da série;

XII - aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito Elegíveis e/ou ativos financeiros; e

XIII - alterar os quoruns de deliberação das Assembléias Gerais de Quotistas do Fundo, conforme previsto neste Capítulo.

Parágrafo Único: O Regulamento do Fundo poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

Artigo 53: A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

Parágrafo Único: Somente pode exercer as funções de representante de Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- I - ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas; e
- II - não exercer cargo ou função no Administrador, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Artigo 54: A convocação da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo far-se-á por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada Quotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 1º: A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias úteis de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Quotistas.

Parágrafo 2º: Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos Quotistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo 3º: Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde o Administrador tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios, cartas ou correios eletrônicos endereçados aos Quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede do Administrador.

Parágrafo 4º: Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 5º: Para efeito do disposto no parágrafo segundo, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Artigo 55: Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Quotistas pode reunir-se por convocação do Administrador ou de Quotistas possuidores de quotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas.

Artigo 56: Na Assembléia Geral, a ser instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 70% (setenta) por cento das quotas seniores emitidas e, em segunda convocação, com a presença de pelo menos um Quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de quotas dos Quotistas presentes, correspondendo a cada quota um voto, com exceção dos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, X, XI, XII e XIII do Artigo 52, acima, que dependerão sempre de aprovação de Quotistas Seniores que representem 75% (setenta e cinco por cento) das quotas seniores emitidas pelo Fundo.

Parágrafo 1º: A deliberação relativa ao inciso IX do artigo 52 dependerá de aprovação da unanimidade dos Quotistas.

Parágrafo 2º: Somente podem votar na Assembléia Geral os Quotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Parágrafo 3º: Não têm direito a voto na assembléia geral o Administrador e seus empregados.

Artigo 57: As decisões da assembléia geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

Parágrafo Único: A divulgação referida no *caput* deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista.

Artigo 58: As modificações aprovadas pela Assembléia Geral de Quotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I – lista de Quotistas presentes na assembléia geral;
- II – cópia da ata da assembléia geral; e
- III – exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

CAPÍTULO XVII DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 59 - O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 60 - As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- c) notas explicativas e outras informações julgadas pela Empresa de Auditoria como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Parágrafo Único: A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 11 supra.

Artigo 61 - O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 30 de outubro.

CAPÍTULO XVIII

DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 62 - O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores das disponibilidades em moeda corrente nacional, dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo.

Parágrafo Único: Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, da Cedente e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

CAPÍTULO XIX

DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 63 - Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas e/ou divulgação seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil, na sua impossibilidade, mediante aviso prévio aos Quotistas, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista, indicado no Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento; e (iii) por meio de carta com aviso de recebimento.

Parágrafo 1º: As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo 2º: Qualquer mudança no periódico referido no *caput* deste Artigo, deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, observado o respectivo quorum.

Artigo 64 - No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre:

- a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
- c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo.

Artigo 65 - Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 66 - O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 67 - As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

CAPÍTULO XX
DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 68 - A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às quotas seniores. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador.

CAPÍTULO XXI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 69 - Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional e/ou feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na Cidade de São Paulo.

Artigo 70 - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

TEUTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS
ANEXO I AO REGULAMENTO - GLOSSÁRIO

Para o efeito do disposto no Regulamento do Fundo e nas disposições legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, têm o seguinte significado:

1ª SÉRIE: a 1ª Série de quotas seniores, conforme descrita no Anexo II ao Regulamento;

ADMINISTRADOR: Banco Santander S.A., instituição financeira com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, nº 474, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, que também será responsável pelas atividades de gestão da carteira do Fundo, bem como pelos serviços de custódia e controladoria de ativos e passivos do Fundo;

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: a agência classificadora de risco das quotas seniores do Fundo, devidamente indicada no Prospecto;

AGENTE COBRADOR: o BANCO DO BRASIL S.A., com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na SBS, quadra 1, bloco G, Edifício sede III, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000./0001-91 ou seu sucessor;

ANBID: Associação Nacional dos Bancos de Investimento;

ASSEMBLÉIA GERAL: Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XVI do Regulamento;

BACEN: Banco Central do Brasil;

CEDENTE: Laboratório Teuto Brasileiro S.A., com sede na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7-D, Módulo 11 Quadra 13 – DAIA e inscrito no CNPJ/MF sob nº 17.159.229/0001-76;

CDI: Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia - “over extragrupo”, expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP;

COFINS: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;

CONDIÇÕES DE CESSÃO: as condições de cessão de direitos creditórios ao Fundo;

CONTRATO DE CESSÃO: “Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, celebrado entre o Fundo e a Cedente;

CONTRATO DE COBRANÇA E DEPÓSITO: o contrato de cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos e de depósito dos Documentos Comprobatórios, celebrado entre o Fundo, o Administrador e a Cedente;

CPMF: Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira;

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE: os critérios de elegibilidade dos direitos creditórios do Fundo;

CVM: Comissão de Valores Mobiliários;

DATA DE EMISSÃO: Data em que os recursos decorrentes da integralização das Quotas são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo nos termos do Artigo 32 do Regulamento e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;

DATA DE RESGATE: Data em que se dará o resgate integral da Série “n” das Quotas do Fundo;

DATAS DE AMORTIZAÇÃO: Tem o significado que lhe é atribuído no Regulamento e no respectivo Suplemento da Série;

DIREITOS CREDITÓRIOS: os Direitos Creditórios que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão;

DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS: os Direitos Creditórios vencidos e não pagos nas datas de seus respectivos vencimentos;

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS: as duplicatas e suas respectivas notas fiscais que representam os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo;

EMPRESA DE AUDITORIA: KPMG Auditores Independentes, ou seu sucessor no exercício de suas funções, encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;

ENCARGOS DO FUNDO: Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 30 do Regulamento;

EVENTOS DE AVALIAÇÃO: situações descritas no Capítulo XIV do Regulamento do Fundo;

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO: situações descritas no Capítulo XV do Regulamento do Fundo;

FGC: Fundo Garantidor de Créditos, entidade privada, sem fins lucrativos, que administra um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores, que permite recuperar os depósitos ou créditos mantidos em instituição financeira, em caso de falência ou de sua liquidação, mantida com recursos constituídos por contribuições das instituições financeiras correspondentes a uma porcentagem dos depósitos;

FUNDO: o TEUTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS;

INSTRUÇÃO 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 E alterações posteriores;

IOF/TÍTULOS: Imposto sobre Operações relativas a Títulos ou Valores Mobiliários;

IR: Imposto de Renda;

PARÂMETRO DE RENTABILIDADE: Tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Primeiro do Artigo 13 do Regulamento, ou no Suplemento da respectiva Série;

PARTES RELACIONADAS: São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo XII do Regulamento;

PIS: Contribuição ao Programa de Integração Social;

PLANO CONTÁBIL: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;

PREÇO DE AQUISIÇÃO: o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo;

QUOTISTAS: os investidores que venham adquirir Quotas de emissão do Fundo;

RAZÃO DE GARANTIA: o percentual mínimo de quotas subordinadas em relação ao patrimônio líquido do Fundo;

TAXA SELIC: Taxa apurada no Selic ou, na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de sua aplicação, outro parâmetro legal que venha a substituí-la, efetiva ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;

VALOR UNITÁRIO DE EMISSÃO: Valor unitário de cada Quota na 1ª Data de Emissão de Quotas, calculado na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 32 do Regulamento.

TEUTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS
ANEXO II AO REGULAMENTO – SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIOR

Suplemento nº 01 referente à 1ª Série emitida nos termos do regulamento do TEUTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS, do qual este Suplemento é parte integrante, administrado pelo Banco Santander S.A., instituição financeira com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, nº 474, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42.

1. O prazo de duração da 1ª Série é de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data da primeira integralização de quotas seniores da 1ª Série.
2. Serão emitidas 589 (quinhentos e oitenta e nove) quotas, com um valor inicial, na Data de Emissão das Cotas da 1ª Série, de R\$42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais) cada, sendo até (i) 500 (quinhentas) quotas seniores; e (ii) até 89 (oitenta e nove) quotas subordinadas.
3. Não há limite máximo de subscrição por investidor.
4. A distribuição da 1ª Série de quotas do Fundo será realizada pelo Administrador em regime de melhores esforços.
5. A critério do Administrador, atingido o patamar mínimo de distribuição de quotas seniores 1ª Série correspondente a 70% (setenta por cento) das quotas seniores da 1ª Série emitidas e, conseqüentemente de quotas subordinadas, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de quotas do Fundo. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Artigo 33.
- 5.1 O Administrador deverá observar, inclusive na hipótese acima, a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo, definida no Artigo 43 do Regulamento.
6. A 1ª Série de quotas seniores, representativa do Patrimônio Inicial do Fundo, possui um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, equivalente à variação acumulada da taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI") de 01 (um) dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Liquidação e Custódia – CETIP, acrescida de 2,5% (dois e meio por cento) ao ano. As quotas subordinadas não possuirão *benchmark* de rentabilidade definido.
7. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo ou do Administrador acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.
8. As quotas seniores da 1ª Série terão registro para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no ambiente de negociação Bovespa Fix, na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. - SOMA, no ambiente de negociação Soma Fix. A critério do Administrador, poderá, adicionalmente, ser providenciado o registro junto à Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados.
- 8.1. As quotas subordinadas não serão e não poderão ser negociadas em mercado secundário.
9. A partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data da primeira integralização de quotas seniores da 1ª Série, as quotas seniores da 1ª Série terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente, conforme a proporção de saldo devedor abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

| | | | |
|---------|------|---------|------|
| 37º mês | 1/12 | 38º mês | 1/11 |
| 39º mês | 1/10 | 40º mês | 1/9 |
| 41º mês | 1/8 | 42º mês | 1/7 |
| 43º mês | 1/6 | 44º mês | 1/5 |
| 45º mês | 1/4 | 46º mês | 1/3 |
| 47º mês | 1/2 | | |

- 9.1. Os valores relativos aos rendimentos serão amortizados semestralmente, a partir da data da primeira integralização de quotas seniores da 1ª Série.
10. O ADMINISTRADOR deverá constituir uma reserva para o pagamento das amortizações das quotas seniores da 1ª Série ("Reserva de Amortização"), de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos Creditórios Elegíveis da carteira para os ativos relacionados no artigo 14 deste Regulamento.

I - 90 (noventa) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 30% (trinta por cento) do valor estimado da amortização das quotas seniores da 1ª Série;

II - 60 (sessenta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor estimado da amortização das quotas seniores da 1ª Série; e

II - 30 (trinta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da amortização das quotas seniores da 1ª Série.

10.1. Caso o Administrador verifique não ser possível a formação da Reserva de Amortização de acordo com o descrito no item 11, o Administrador deverá interromper a aquisição de Direitos Creditórios até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

11. O resgate das quotas seniores ocorrerá no 48º (quadragésimo oitavo) mês, contados da data da primeira integralização de quotas da 1ª Série, na forma e condições descritas no Regulamento.

12. O pagamento das amortizações e do resgate mencionados nos itens 9 e 11, acima, corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no quinto dia útil do mês subsequente a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que o Administrador está sediado, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

13. As quotas subordinadas poderão ser amortizadas única e exclusivamente ao final da 1ª Série de quotas seniores.

14. A amortização das quotas subordinadas somente será realizada se o Patrimônio Líquido do Fundo assim o permitir e desde que:

I - seja realizada após a amortização da totalidade das quotas seniores prevista para 1ª Série, definida neste Suplemento; e

II – considerada, *pro forma*, a amortização de quotas subordinadas pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente a manutenção de todos os parâmetros de enquadramento definidos no artigo 43 deste Regulamento.

Termos e condições definidos no Glossário e no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

O presente Suplemento deverá ser registrado no [...]º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

(modelo)

São Paulo, [] de [] de [].

(modelo)

FUNDO/ADMINISTRADOR:

ANEXO III – DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

EDVALDO AILDER CATALANI MORATA, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10.351.403 – SSP/SP, inscrito no C.P.F./M.F. sob n.º 88.753.038, com domicílio comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, n.º 474, na qualidade de diretor do **BANCO SANTANDER S.A.**, sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento e a gerir carteiras de valores mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, n.º 474, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 90.400.888/000-42, instituição administradora do **TEUTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS**, inscrito no C.N.P.J./M.F. sob n.º 09.128.053/0001-67 (**"FUNDO"**), **DECLARA** que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das cotas do FUNDO.

EDVALDO AILDER CATALANI MORATA

Diretor

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS DO FUNDO

BANCO SANTANDER S.A., sociedade devidamente autorizada a administrar fundos de investimento e a gerir carteiras de valores mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, n.º 474, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob n.º 90.400.888/000-42, por seus representantes legais, na qualidade de instituição administradora e líder da distribuição de quotas do **TEUTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMERCIAIS**, inscrito no C.N.P.J./M.F. sob n.º 09.128.053/0001-67 (**"FUNDO"**), DECLARA que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta. Ademais, as informações fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

BANCO SANTANDER S.A.

ANEXO V - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

Arquivo anexo

ANEXO VI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CEDENTE

Arquivo Anexo

ANEXO VII – RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CEDENTE

Arquivo Anexo